

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HEVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LETRAS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: UMA
ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Raquel Barros da Rocha

Picos, 2014

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DOS
LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

por

RAQUEL BARROS DA ROCHA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado ao Curso de Letras da Universidade Federal
do Piauí, como requisito parcial para obtenção do grau
de Licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Me. Fábio Fernandes Torres

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

R672v Rocha, Raquel Barros da.

A variação linguística na sala de aula: uma análise dos livros didáticos no ensino fundamental II / Raquel Barros da Rocha. – 2014.

CD-ROM : 4 ¾ pol. (68 p.)

Monografia(Licenciatura em Letras-Português) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

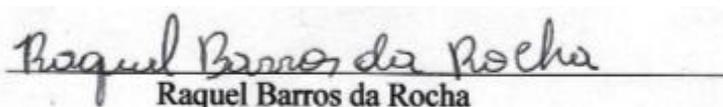
Orientador(A): Prof. Me. Fábio Fernandes Torres

1. Variação Linguística. 2. Língua Portuguesa. 3. Livro Didático. 4. PCN. I. Título.

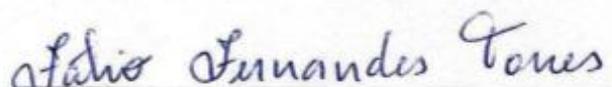
CDD 469

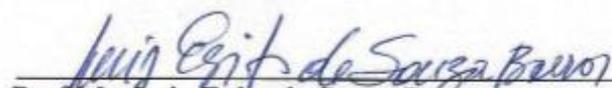
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao Curso de Letras como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Licenciado em Letras, outorgado pela Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho deste TCC é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

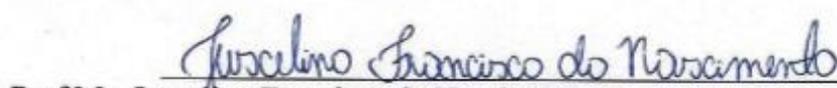

Raquel Barros da Rocha

BANCA EXAMINADORA:


Prof.Ms. Fábio Fernandes Torres – Orientador
Universidade Federal do Piauí (UFPI)


Prof.Ms. Luiz Egito de Souza Barros
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

1º. Examinador


Prof.Ms. Juscelino Francisco do Nascimento
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

2º. Examinador

Suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Por tudo que já me concedeu e por ter permitido a conclusão desta monografia;

Aos meus pais, Elza e Antônio,

Por estarem sempre do meu lado ensinando os verdadeiros valores da vida, e que com suas palavras amigas deram-me coragem, nos momentos em que eu pensava desistir.

Aos meus irmãos,

Por me ajudarem com o aparato tecnológico e com palavras de estímulo;

A todos os professores do curso de letras do CSHNB,

Por contribuírem com amor, dedicação e responsabilidade para a formação de futuros educadores.

Ao meu orientador, professor Ms. Fábio Fernandes Torres,

Por ter me auxiliado com os livros necessários para esta pesquisa, por ter demonstrado dedicação e responsabilidade com o seu trabalho, e por ter esclarecido, sempre que possível, as dúvidas que surgiam ao longo da elaboração desta monografia.

Ao Prof. Ms. Luiz Egito de Souza Barros,

Por ter contribuído de forma especial para a elaboração deste trabalho. O mesmo me ajudou na delimitação do tema do projeto de pesquisa, que é o mesmo dessa monografia, e também me auxiliou com alguns livros.

A todos os alunos do curso de letras da turma a qual faço parte, especialmente a Roseângela, Lorena, Sérgio, Erismar, Cibele, Elenilde, Denilma e Geanice,

Por serem a minha segunda família.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração desta pesquisa,

AGRADEÇO.

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus por derramar as suas bênçãos sobre mim, aos meus pais por estarem sempre me incentivando a estudar, aos meus irmãos pelas palavras de incentivo, as minhas avós Jovita e Jovina que se encontram na eternidade, por terem partilhado das suas experiências que contribuíram com a minha formação pessoal.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo verificar o tratamento dado à variação linguística nos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental II, especificamente do 6º e do 9º ano, utilizados por duas escolas diferentes: uma pública e outra particular, ambas localizadas na cidade de Dom Expedito Lopes-PI. A escola pública trabalha com a coleção Português Linguagens, dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, e a escola particular trabalha com duas coleções diferentes nestas respectivas séries: no 6º ano o livro Português nos Dias de Hoje dos autores Faraco e Moura e no 9º ano o livro Língua Portuguesa em Contexto do autor Lécio cordeiro. Como embasamento teórico, foram utilizados os autores Bagno (2007), Soares (2007), Luft (1993), Brasil (1998), Antunes (2003), Bortoni-Ricardo (2004), entre outros que se fizeram necessários para a elaboração desta pesquisa. Para a análise dos livros didáticos, foram utilizados os parâmetros propostos por Bagno (2007). Os resultados mostraram que os livros didáticos acima mencionados pouco abordam o fenômeno da variação linguística e que alguns autores chegam a confundir os termos norma padrão e norma culta.

PALAVRAS-CHAVE: variação linguística, Língua Portuguesa, livro didático, ensino, PCN.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: um percurso histórico	11
2.1 A língua varia	15
2.2 A importância do tratamento da variação linguística no livro didático.....	17
3 TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA	23
3.1 Variação linguística e os parâmetros curriculares nacionais	34
3.2 Norma culta, norma padrão e gramática normativa	37
4 METODOLOGIA	43
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
5.1 O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?	48
5.2 O tratamento se limita às variedades rurais e/ ou regionais?.....	51
5.3 O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?.....	52
5.4 O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma padrão com uma variedade real da língua?	54
5.5 O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?	56
5.6 O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta à escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?.....	59
5.7 O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como?.....	61
5.8 O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma padrão?	62
6 CONCLUSÕES	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

1 INTRODUÇÃO

A língua é um fenômeno mutável, dinâmico e social, porém nem sempre foi observada desse ponto de vista. A língua era vista pelas correntes estruturalista e gerativista como dotada de certa homogeneidade. Contrariando esta visão, surgiu a Sociolinguística que estudava a língua juntamente com a sociedade.

Segundo a visão Sociolinguística, a língua e a sociedade estão conectadas, se a sociedade é diversificada, formada por pessoas de inúmeras classes sociais, de diferentes níveis de escolaridades, de diversas regiões entre outros fatores, a língua também é heterogênea, já que a língua é um espelho da sociedade.

Contudo, as pessoas tendem a pensar que a língua é homogênea, que existe uma única maneira de pronunciar uma palavra ou frase, ou seja, que existe uma norma padrão que os falantes devem obedecer para conseguirem falar “correto”. Como sabemos a norma padrão é um conjunto de normas abstratas, criada ao longo da humanidade, impulsionada por interesses políticos, entre outros.

É importante que as pessoas da sociedade em geral conscientizem-se que nem mesmo um falante com alto grau de escolaridade não consegue falar de acordo com a norma padrão, e sim de acordo com a norma culta que é um conjunto de variáveis prestigiadas.

Dizer que existe uma língua melhor ou pior do que outra é um mito, pois todas as línguas possuem recursos necessários para a comunicação entre seu povo. E mencionar que uma pessoa fala mais “certo” do que outra também é um mito, pois o que existe é adequado e inadequado a determinada situação sócio-comunicativa.

Quando o assunto na sala de aula é diversidade linguística, muitos professores não sabem como se posicionar, gerando assim certo conflito. Alguns ainda trabalham com a noção de “certo e de “errado”, dando grande ênfase à gramática normativa da língua, como se a mesma não variasse.

De acordo com os parâmetros curriculares nacionais, a variação linguística é um relevante assunto a ser abordado na sala de aula, como meio de aumentar a capacidade discursiva dos discentes em diversas situações de comunicação. E como o livro didático é uma ferramenta de trabalho e de aprendizagem utilizada na sala de aula pelo docente e pelos alunos, o mesmo deveria conter o conteúdo da diversidade linguística de forma bem clara, para que os alunos juntamente com o auxílio dos professores pudessem compreender melhor este fenômeno.

Por levar em conta as questões acima citadas é que este trabalho tem como objetivo verificar o tratamento dado à variação linguística na sala de aula por meio da análise dos livros didáticos do ensino fundamental II, usados por uma escola pública estadual, e outra particular, ambas localizadas na cidade de dom Expedito Lopes-PI.

No primeiro capítulo, foi mencionado sobre a heterogeneidade da língua e como a mesma ainda é vista pela sociedade.

No segundo capítulo, é abordado o início da sociolinguística com William Labov, a sua visão de língua e como a diversidade linguística é trabalhada na sala de aula. Também é feito uma pequena discussão sobre a variação da língua e a importância do seu tratamento no livro didático de Língua Portuguesa.

No terceiro capítulo, apresenta a Teoria da Variação e da Mudança linguística e discutem-se as orientações dos parâmetros curriculares nacionais em relação à inclusão da heterogeneidade linguística nas aulas de Língua Portuguesa e por último é feito uma discussão sobre norma culta, norma padrão e gramática normativa.

O quarto capítulo, trata-se dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

No quinto capítulo, apresenta-se a discussão dos resultados obtidos por meio da análise dos livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental II, especificamente do 6º e do 9º ano utilizados por uma escola pública e outra particular da cidade de Dom expedito Lopes-PI.

Nas conclusões, apresentam-se os resultados obtidos por esta pesquisa, retomando a importância da abordagem da variação linguística no livro didático de língua materna.

2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: um percurso histórico

O estudo da variação linguística na sala de aula teve início a partir do surgimento da Sociolinguística Variacionista, nos Estados Unidos na década de 1960, que tem como objeto de estudo a diversidade linguística. O principal representante dessa corrente foi William Labov que retrata a língua como sendo heterogênea, variável e instável, ou seja, desconsidera a língua como produto, como um conjunto de regras artificiais que ensinam as pessoas a falarem “correto”. De acordo com Bagno (2007, p.113), “Ao contrário do que muita gente acredita, a língua não está registrada por inteiro nos dicionários, nem suas regras de funcionamento são exatamente (nem somente) aquelas que aparecem nos livros chamados gramáticas.”

Nos anos de 1930, na América Latina, questões como a diversidade linguística na sala de aula começou a ser discutida. Segundo Bortoni-Ricardo (2006, p.113), “um marco piloto desse movimento foi à implantação do projeto Tarasco, no México, em 1939”. Este projeto era um incentivo de educação bilíngue e sobreviveu apenas 14 meses, porém segundo a autora acima citada, a experiência educativa e as idéias da Assembléia de 1939 foram decisivas para a posição que a Unesco viria a adotar, em favor das línguas vernáculas na educação primária.

Em relação ao ensino, a Sociolinguística Variacionista, nos anos de 1960, contribuiu com propostas direcionadas à educação de crianças pobres que falavam variedades minoritárias. As pesquisas sociolingüísticas feitas em relação à educação, neste período, contrapunham as variedades desprestigiadas e as variedades prestigiadas pela sociedade, e tinham em mente que este problema só seria resolvido se a professora conhecesse o regimento do dialeto dos alunos e se esses conhecessem as regras dos dialetos que vivenciam no ambiente escolar.

No seu nascedouro, nos fins dos anos 1960, a Sociolinguística Variacionista continha, em nível programático, propostas de contribuição à educação de crianças falantes de línguas ou variedades minoritárias. Partia a Sociolingüística de análise contrastivas entre as variedades faladas por minorias e a variedade de prestígio na sociedade, acreditando que o desempenho escolar das crianças falantes dessas primeiras variedades seria solucionado se fosse igualmente solucionado o problema que William Labov (1969) denominou de mútua e recíproca ignorância: as professoras não conheciam as regras dos dialetos de seus alunos e esses também desconheciam as regras do dialeto com que se defrontavam na escola. (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 128)

Podemos entender a variação linguística como a diversidade natural existente nas línguas, servindo como meio de identificação e comunicação entre os sujeitos de uma sociedade. Segundo Bagno (2007, p.36) “A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que ele se põe a interagir por meio da fala ou da escrita.”

Do lado oposto à diversidade linguística, temos a concepção da gramática tradicional de base estruturalista, que é um produto de uma sociedade hierarquizada, usada por uma minoria de pessoas detentoras do poder que elege a concepção de língua “exemplar”. De acordo com Bagno (2007, p.96), “Na história da formação da norma-padrão das grandes línguas européias, sempre esteve presente um forte autoritarismo, um espírito eminentemente elitista e oligárquico, de exclusão da maioria e de inclusão de uma minoria muito restrita.”

Na Língua Portuguesa, a norma mais prestigiada é a norma culta, muitas vezes abordada nos livros didáticos de forma inadequada como sinônima de norma padrão. A norma culta pode ser entendida como variedades prestigiadas usadas por grupos sociais escolarizados enquanto a norma padrão é abstrata não apresentando uso real da língua, é um modelo que não é comprovado empiricamente.

Diante dessas vertentes mencionadas, esta pesquisa tem como objetivo analisar a variação linguística na sala de aula, especificamente, nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental II, adotados por uma escola pública estadual e por uma escola particular, ambas localizada na cidade de dom Expedito Lopes- PI.

A heterogeneidade linguística é um tema bastante relevante que deve ser abordado com frequência pelos professores de Língua Portuguesa para que possam desenvolver um espírito crítico em seus alunos, e é preciso que os docentes se conscientizem que o aluno, ao chegar à escola, já sabe a sua língua, pois a utiliza com muita naturalidade antes de ir à escola.

Penso ser urgentíssimo promover uma mudança radical em nossas “aulas de português”, ou como quer que as chamem: passando de uma postura normativa, purista e alienada, à visão do aluno como alguém que já sabe a sua língua, pois a maneja com naturalidade muito antes de ir à escola, mais precisa apenas liberar mais suas capacidades nesse campo, aprender a ler e escrever, ser exposto a excelente modelo de língua escrita e oral, e fazer tudo isso com segurança, sem medo. (LUFT, 1993, p.12)

De acordo com algumas pesquisas feitas na área da Sociolinguística, um dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa é o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos em diferentes formas e situações, sejam elas orais, cotidianas, de raciocínio crítico, entre outras.

Levando em conta o que foi acima mencionado, o professor de língua materna deve procurar meios para que os alunos reflitam sobre a norma padrão e também tenha conhecimento das formas linguísticas consideradas de prestígio. A diversidade linguística retratada na sala de aula é uma atividade que permite o aluno pensar um pouco mais sobre a língua e perceber que há diferentes modos de usar a língua dependendo da situação comunicativa.

Se acredita que em diferentes tipos de situação tem-se ou deve-se usar a língua de modos variados, não há por que, ao realizar as atividades de ensino/aprendizagem da língua materna, insistir no trabalho apenas com uma das variedades, a norma culta(...). E sempre tem muito que aprender de diversas variedades, inclusive das que domina. (TRAVAGLIA, 2009, p. 41)

Bortoni-Ricardo (2004, p.14) aponta que a escola é norteada para ensinar a língua da cultura dominante e tudo o que se afasta dela é defeituoso e deve ser eliminado. Para a autora, é por isto que a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Dessa maneira, é relevante que o docente repasse em suas aulas, e que os alunos entendam, que a sociedade está em constante transformação e no mesmo ritmo a nossa língua vai acompanhando, não existindo uma maneira de falar “superior” ou “inferior” a outra.

Conforme Bagno (2002),

Parece ser mais interessante (por ser mais democrático) estimular, nas aulas de Língua, um conhecimento cada vez maior e melhor de todas as variedades sociolinguísticas, para que o espaço da sala de aula deixe de ser o local para o espaço exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos. (BAGNO, 2002, p. 32)

Como percebemos, existem vários modos de expressão, a norma culta não é a única como muitas vezes é considerada. A língua é um fenômeno vivo, em constante mutação e deve ser estudada como tal. O docente deve repassar para os seus discentes que o importante da linguagem é a comunicação, e não apenas transformar o estudo da Língua Portuguesa em um ensino de normas gramaticais, pois para uma pessoa saber se expressar, comunicar não é necessário memorizar todas as regras gramaticais, que segundo Luft (1993, p.92), “toma o lugar do que deveria ser as aulas de português: leitura, comentário, análise e interpretação de bons textos, e tentativa constante de produzir, pessoalmente textos bons” e sim dominar as regras da comunicação, uma gramática natural desenvolvida interiormente nos indivíduos por volta dos cinco aos seis anos de idade.

Muitos professores não sabem como agir na sala de aula quando se deparam com algumas diferenças existentes entre as variedades linguísticas. Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p.38), “os professores ficam inseguros sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até mesmo se podem falar em erros”. Para a autora, é relevante ressaltar que o professor não deve usar das inadequações linguísticas do educando para humilhá-lo, pois isso pode intimidá-lo, e conseqüentemente provocar prejuízo na sua formação cidadã. Os professores têm o dever de conscientizar os seus alunos de que existe mais de uma forma linguística para dizer a mesma coisa e com o mesmo valor de verdade, e que essas formas são vistas pela sociedade de maneiras diferentes, umas aumentando o grau de prestígio do falante e outras diminuindo, chegando até a erradicar algumas oportunidades que o indivíduo têm diante da sociedade.

Os alunos que chegam à escola falando “nós chegemu”, “abrido” e “ele drome”, por exemplo, têm que ser respeitados e valorizadas as suas peculiaridades linguístico-culturais, mas têm o direito alienável de aprender as variantes do prestígio dessas expressões. Não se lhes podem negar esse conhecimento, sob pena de se fecharem para eles as portas, já estreitas, da ascensão social. O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante. (BORTONI-RICARDO, 2006, p.15)

Diante disso, podemos concluir que a língua é um bem cultural e, como tal, deve ser distribuído de forma igualitária para chegarmos ao início de uma democratização. Contudo, existem alguns professores que combatem o uso da linguagem coloquial, não trabalhando com a criatividade e a competência linguística do aluno o que às vezes, para Bortoni-Ricardo (2006, p.16), “implica distorções nas prioridades pedagógicas do ensino da língua pátria e suas manifestações literárias”.

Observamos que há uma “crise da linguagem” no ensino de Língua Portuguesa que pode ser explicado pela decorrência do processo de democratização, que ocorreu posteriormente às lutas das classes populares mais baixas, ampliando, assim, a quantidade e o tipo de discentes que frequentavam o espaço educacional.

De acordo com este pensamento, Soares (2008) menciona o seguinte:

A escola, que até então se destinava apenas às camadas socialmente mais favorecidas, foi, dessa forma, conquistada pelas camadas populares. Ora, exatamente porque, historicamente, sua destinação eram as classes favorecidas, a escola sempre privilegiou – e, a despeito da democratização do ensino, continua a privilegiar – a cultura e a linguagem dessas classes, que, são diferentes da cultura e da linguagem das classes desfavorecidas. (SOARES, 2008, p. 68)

Verifica-se que a escola não se organizou para receber a nova clientela que se diferenciava pela quantidade de alunos e pela diferença linguística e cultural. Conforme Soares (2008, p.69), o que denominamos “crise da linguagem”, na verdade, é uma crise da instituição escolar. As camadas populares de baixa renda veem na escola a solução dos problemas existentes na sociedade, pois é na instituição escolar e por meio de um ensino de qualidade que as pessoas vão adquirindo conhecimento e voz perante a sociedade. Para Soares (2008, p.73), “uma escola transformadora é, pois, uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas.”

2.1 A língua varia

No Brasil, temos a ideia de que o país é monolíngue, só fala uma língua que no caso é a Língua Portuguesa. Para Bagno (2007, p.126), “a perpetuação do monolingüismo no Brasil” esconde o nosso multidialetismo e multilingüismo resultante do nosso processo histórico e social que os abarcaram. Bagno explica como o Brasil abarcou tantas linguagens:

Das quase 210 línguas que coexistem com o português brasileiro, cerca de 190 são línguas indígenas (um décimo do total de línguas que se falavam nos 21 territórios brasileiros no início da colonização), usadas por um total de mais ou menos trezentos mil descendentes dos primeiros habitantes do território— sobreviventes de uma longa história de extermínio sistemático praticado durante os quatro séculos de colonização e, em boa medida, perpetuada até hoje na forma de uma situação social de extrema indigência e de exclusão absoluta. Além das indígenas, convivem com o português brasileiro, quase vinte línguas de origem européia e asiática, trazidas pelos imigrantes que se estabeleceram no Brasil desde o início do século XIX, logo após a independência (1822). (BAGNO, 2007, p.126)

Bagno ressalta que alguns linguistas e educadores sem formação sociológica adequada acabam produzindo análises equivocadas da língua materna que são incorporadas de forma distorcida. O autor ainda acrescenta que esse processo é resultante da formação histórica da sociedade brasileira que foi marcada pela violência e pelo autoritarismo.

A língua é um fenômeno social vivo, que está em constante transformação com o decorrer do tempo, ocasionando assim, diferenças no sistema linguístico. Essas diferenças, conforme Mollica (2005), presentes na língua são chamadas de variações linguísticas.

(...) constitui o fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes. Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente. A concordância

entre o verbo e o sujeito, por exemplo, é uma variável linguística (ou um fenômeno variável), pois se realiza através de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo ou a ausência da marca de concordância (MOLLICA, 2005, p. 11).

A existência da pluralidade linguística é explicada de acordo com Bagno (2007), pela ocorrência de alguns fatores sociais como:

Os de origem geográfica: a língua varia de um lugar para o outro; assim podemos investigar, por exemplo, a fala característica das diferentes regiões brasileiras, dos diferentes estados, de diferentes áreas geográficas dentro de um mesmo estado etc.; outro fator também importante é a origem rural ou urbana da pessoa; **Status socioeconômico:** as pessoas que tem um nível de renda muito baixo não falam do mesmo modo das que tem um nível de renda médio ou muito alto, e vice-versa; **Grau de escolarização:** o acesso maior ou menor a educação formal e, com ele, à cultura letrada, à prática da leitura e aos usos da escrita, é um fator muito importante nas configurações linguísticas dos diferentes indivíduos; **idade:** os adolescentes não falam do mesmo modo como seus pais, nem estes pais falam do mesmo modo como as pessoas das gerações anteriores; **Sexo:** homens e mulheres fazem usos diferenciados dos recursos que a língua oferece; **Mercado de trabalho:** o vínculo da pessoa com determinadas profissões e ofícios incide na sua atividade linguística: uma advogada não usa os mesmos recursos linguísticos de um encanador, nem este os mesmos de um cortador de cana; **Redes sociais:** cada pessoa adota comportamentos semelhantes aos das pessoas com quem convive em sua rede social; entre esses comportamentos está o comportamento linguístico. (BAGNO, 2007, p.43-44).

A variação sociolinguística de acordo com Bagno (2007), classifica-se em:

Varição diatópica: é aquela que se verifica na comparação entre os modos de falar de lugares diferentes, como as grandes regiões, os estados, as zonas rural e urbana, as áreas socialmente demarcadas nas grandes cidades etc..
 Variação diastrática: é a que se verifica na comparação entre os modos de falar das diferentes classes sociais. Variação diamésica: é a que se verifica na comparação entre a língua falada e a língua escrita. Variação diafásica: é o uso diferenciado que cada indivíduo faz de acordo com o grau de monitoramento que ele confere ao seu comportamento verbal. Variação diacrônica: é a que se verifica na comparação entre diferentes etapas da história de um língua. (BAGNO, 2007, p.46-47).

Na área da Sociolinguística Variacionista, existem vários termos que são utilizados para designar alguns fenômenos que ocorrem na nossa língua. Um dos termos bastante usados é o de variedade linguística, que segundo Bagno (2007, p.47), “é um dos muitos “modos de falar” uma língua”. Qualquer variedade linguística é considerada funcional, pois oferece os meios necessários para que haja a comunicação, não existindo língua melhor nem pior em relação uma a outra.

A idéia de que existem variedades linguísticas mais “feias” ou mais “bonitas”, mais “certas ou mais “erradas”, mais ‘ricas ou mais “pobres” é fruto de avaliações e julgamentos exclusivamente socioculturais e decorrem das relações de poder e de discriminação que existem em toda sociedade. (BAGNO, 2007, p. 48)

Como vimos, qualquer variedade da língua possui a sua função, pois o importante é a interação social entre os falantes, essa questão de certo ou errado é apenas julgamentos culturais e sociais provenientes de uma sociedade discriminadora.

Segundo Bagno (2007), as variedades linguísticas costumam ser designadas por nomes particulares, como:

Dialeto: que designa o modo de falar de uma determinada região. Socioleto: designa a variedade linguística particular de um grupo de falantes que compartilham das mesmas características socioculturais. Cronoleto: refere a variedade linguística de uma geração de falantes de determinada faixa etária. Idioleto: refere ao modo particular de falar de cada indivíduo. (BAGNO, 2007, p.48).

Sabemos que a variação está presente em todos os níveis da língua como: estilístico-pragmático, lexical, semântico sintático, morfológico e fonético-fonológico, porém nem tudo que há em uma língua pode ocorrer ou estar em variação. Conforme Bagno (2007), muita coisa da língua não apresenta variação, como por exemplo:

O verbo gostar é sempre seguido de preposição de, em qualquer variedade linguística, de modo que ninguém no Brasil vai dizer *eu não gosto jiló*. O mesmo não acontece com o verbo responder, que pode ser transitivo direto ou indireto. (BAGNO, 2007, p.50).

Observamos que existem regras da língua que podem ser denominadas de categóricas por não apresentarem variação, e por estarem presentes no conhecimento linguístico de todos os falantes, no entanto há regras que apresentam variação sendo denominadas de variantes.

Outros conceitos importantes para serem distinguidos é o de variável e o de variante. O primeiro pode ser conceituado como um elemento linguístico que se consegue de diferentes modos, enquanto o segundo são as realizações possíveis de uma variável. Conforme Bagno (2007, p.50), a definição mais simples de variante é a de “cada uma das formas diferentes de se dizer a mesma coisa”.

2.2 A importância do tratamento da variação linguística no livro didático

O livro didático é regulamentado pelo Decreto n. 9154/85, que institui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse plano estabelece, em seu artigo 2º, a avaliação

rotineira dos livros. Recentemente, a resolução nº 603, de 21 de fevereiro de 2001, passou a ser um mecanismo organizador e regulador do PNLD. Acrescenta-se a isso a forte busca pela melhoria da qualidade dos livros didáticos, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou várias comissões para a análise dos livros didáticos.

O livro didático constitui uma importante ferramenta de trabalho utilizada na sala de aula, sendo também um instrumento de apoio, servindo como referencial para os professores, além de ampliar a visão de mundo dos alunos. Lopes (2007, p.208) define o livro didático como “uma versão didatizada do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores”, permitindo o aprofundamento de conteúdos.

Um passo importante que o docente dá em relação ao ensino na sala de aula é a escolha do livro didático, o mesmo tem que ter liberdade nesse momento. O professor deve ser um ser criativo, utilizar o livro apenas como um suporte, e não ficar preso somente nele, e sim tornar um quase co-autor, como ressalta Lajolo.

A escolha e uso de livro didático precisa resultar do exercício consciente da liberdade do professor no planejamento cuidadoso das atividades escolares, o que reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele reescreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro. (LAJOLO, 1996, p. 9)

O professor deve estar atento para observar se o livro didático retrata as realidades locais de seus educandos, se não deve adequá-los a realidade social de seus alunos, pois como já vimos o livro didático é apenas uma ferramenta de trabalho do professor, porém não é a única.

Há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro do trabalho dele. Na verdade isso dificilmente se concretiza, não por culpa do professor, mas de novo vou insistir, por culpa das condições de trabalho que o professor tem hoje. Um professor hoje nesse país, para ele minimamente sobreviver, ele tem que dar aulas o dia inteiro, de manhã, de tarde e, frequentemente, até a noite. Então, é uma pessoa que não tem tempo de preparar aula, que não tem tempo de se atualizar. A consequência é que ele se apóia muito no livro didático. Idealmente, o livro didático devia ser apenas um suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz básica do professor no seu ensino. (SOARES, 2002, p. 2).

Como observamos na citação acima, o professor se apóia muito no livro didático, por causa do baixo salário que o mesmo recebe e conseqüentemente pela falta de tempo, pois para

sobreviver tem que trabalhar o dia inteiro. Segundo a Constituição Federal, o livro didático constitui um dever do estado e um direito da escola.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (art. 208).

A partir da citação acima, podemos perceber que o Estado possui uma grande responsabilidade em relação aos alunos de escolas públicas no que diz respeito ao material didático (livro) e outros requisitos indispensáveis para a realização do processo ensino-aprendizagem.

É relevante que os alunos juntamente com os seus professores reflitam sobre as práticas de uso da linguagem, para que os discentes possam construir com facilidade conhecimentos linguísticos necessários para a interpretação, reconstrução de textos e o próprio uso da linguagem de forma adequada a determinado contexto ou situação comunicativa. Segundo o MEC (2013, p.11), “as atividades de leitura e compreensão de textos, de produção escrita e oral, em situação contextualizada de uso, devem ser prioridades nas propostas dos livros didáticos”. Logo abaixo podemos ver os objetivos do ensino de língua materna no Ensino Fundamental de acordo com o MEC.

De acordo com as diretrizes oficiais de âmbito nacional, os objetivos centrais do ensino de língua materna, *em todo o EF*, devem ser:

- o processo de apropriação e de desenvolvimento, pelo aluno, da linguagem escrita e da linguagem oral (especialmente das formas da linguagem oral que circulam em espaços públicos e formais de comunicação), em situações as mais complexas e variadas possível;
- a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira;
- o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação linguística e no convívio com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e a valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística;
- o domínio das variedades urbanas de prestígio, especialmente em sua modalidade escrita monitorada, mas também nas situações orais públicas e formais em que seu uso é socialmente requerido;
- A prática de análise e de reflexão sobre a língua e a linguagem, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita, em compreensão e produção de textos. (MEC, 2013.p.11)

Os objetivos centrais do ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental está voltado para o desenvolvimento cognitivo da linguagem, para o conhecimento da variação linguística, objetivando que o educando aprenda a valorizar as diferentes formas de expressão, porém não devem ser deixadas de lado as variedades urbanas de prestígio, pois existem

ambientes sociais que exigem uma linguagem mais monitorada, ou seja, deve haver uma apreensão de que a língua não é homogênea e que o falante tem que saber adequar a linguagem a diferentes espaços da sociedade.

A partir dos objetivos de ensino de língua materna no Ensino Fundamental, é que são norteados os princípios gerais e os critérios para a avaliação da coleção dos livros didáticos.

No ano de 1997, o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais com o propósito de renovar o ensino nas escolas brasileiras, introduzindo a abordagem sociolingüística no ensino de língua materna.

Apesar disso, o tratamento da variação linguística nos livros didáticos continua sendo um tanto problemático. A gente percebe, em muitas obras, uma vontade sincera dos autores de combater o preconceito linguístico e de valorizar a multiplicidade lingüista do português brasileiro. Mas a falta de uma base teórica consistente e, sobretudo, a confusão no emprego de alguns termos e dos conceitos prejudicam muito o trabalho que se faz nessas obras em torno dos fenômenos de variação e mudança. (BAGNO, 2007, p. 09)

Como já vimos, o livro didático constitui um importante recurso usado pelos professores na sala de aula. Não é o único subsídio, porém é o mais utilizado, sendo preciso que os professores busquem outras fontes que enriqueçam os conteúdos trazidos nos livros didáticos e sejam adequados às necessidades dos alunos.

O livro didático deve ser visto como um apoio ao trabalho do professor, e não como um substituto do mesmo. É importante também salientar que, apesar da inserção das novas tecnologias nos ambientes escolares, o livro não está desaparecendo. Nas palavras de Romanatto:

...o livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula e, muitas vezes, como substituto do professor quando deveria ser mais um dos elementos de apoio ao trabalho docente. ...os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Muitos fatores têm contribuído para que o livro didático tenha esse papel de protagonista na sala de aula. ... um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma atração irresistível. O livro didático não é um mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação. O que se questiona é a sua qualidade. Claro que existem as exceções (ROMANATTO, 1987, p.85)

Lopes (2007, p.209), salienta que mesmo “reconhecendo a dependência do professor em relação ao livro didático, admite-se que os bons livros didáticos são parte fundamental da

qualidade da educação”. Para a autora, se uma docente tiver uma má formação em sua graduação, um livro de qualidade pode auxiliá-la bastante no desenvolvimento de suas tarefas na sala de aula.

De acordo com Santos e Carneiro (2006), o livro didático assume três grandes funções que são mencionadas logo abaixo:

O livro didático assume essencialmente três grandes funções: de informação, de estruturação e organização da aprendizagem e, finalmente, a função de guia do aluno no processo de apreensão do mundo exterior. Deste modo, a última função depende de o livro permitir que aconteça uma interação da experiência do aluno e atividades que instiguem o estudante desenvolver seu próprio conhecimento, ou ao contrário, induzi-lo a repetições ou imitações do real. Entretanto, o professor deve estar preparado para fazer uma análise crítica e julgar os méritos do livro que utiliza ou pretende utilizar, assim como para introduzir as devidas correções e/ou adaptações que achar conveniente e necessária (SANTOS e CARNEIRO 2006, p. 206).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam que os professores utilizem, além dos livros didáticos, materiais diversificados (jornais, revistas, computadores, filmes, etc.), como fonte de informação, de forma a aumentar as informações dos conteúdos e fazerem com que os alunos tenham o sentimento de estar inserido no mundo ao se redor. Lajolo também pensa desta forma:

Mas além do livro didático se faz necessário que o professor utilize outros recursos pedagógicos, para o desenvolvimento de suas aulas, pois nem um livro por melhor que seja deve ser utilizado sem adaptações e complementações (LAJOLO, 1996, p. 8).

Considerando a importância das concepções da Variação Linguística e do livro didático para o ensino de Língua Portuguesa, os principais aspectos que nos levaram a tomar essa relação como objeto de estudo foram os seguintes: a) a carência da abordagem da variação linguística, b) o conflito no conceito de alguns termos da área da sociolinguística, c) o elevado prestígio dado à norma padrão, às vezes confundida com norma culta, juntamente com a falta de base teórica de alguns docentes em relação a este assunto e d) a importância da educação linguística como forma do discente refletir sobre a língua e de conscientizar-se de que não existe a homogeneidade linguística.

Em virtude desses conflitos existentes nos livros de Língua Portuguesa e, tendo em vista que um dos objetivos gerais para o ensino de Língua Portuguesa é o favorecimento no domínio discursivo para que o aluno se desenvolva em diversas situações comunicativas, esta pesquisa pretende responder à seguinte questão: qual o tratamento dado aos conteúdos de

variação linguística nos livros didáticos de língua materna e suas consequências no Ensino Fundamental II?

Esta pesquisa, portanto, pretende verificar como vem sendo trabalhado os conteúdos sociolinguísticos nos livros didáticos de língua materna em duas escolas da cidade de Dom Expedito Lopes- PI, uma particular e outra pública, com o objetivo de refletir sobre práticas adotadas e as possibilidades de reformulação, pois a diversidade da língua como já foi mencionado é algo natural, sendo importante saber que não há a questão de certo ou errado, o que há é adequado ou inadequado a determinada situação sócio-comunicativa.

A língua evolui naturalmente acompanhando as transformações da sociedade que é diversificada, daí a consequência da língua ser instável, heterogênea, questão importante a ser vista na sala de aula como forma de mostrar a diversidade linguística existente na sociedade. A partir desta perspectiva, serão realizadas reflexões acerca do tratamento dado à variação linguística nos livros didáticos de Língua Portuguesa utilizado no ensino fundamental II em duas escolas de Dom Expedito Lopes-PI, visto que um dos objetivos desta pesquisa é analisar, no livro didático, a questão da diversidade linguística e da norma culta, possibilitando uma reflexão acerca desse tema. Dentre as pesquisas que trataram do tratamento da variação linguística no livro didático, objeto desta pesquisa, podemos destacar a de Carmo (2012), e a de Santos e Borges (2011).

Carmo (2012) fez um estudo sobre a variação linguística nos didáticos “Português Linguagens” de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães (2009), a mesma analisou a coleção completa, observando como a variação linguística é trabalhada na sala de aula pelos professores do sexto ao nono no do ensino fundamental. A autora, em sua pesquisa, constatou que o conhecimento abordado sobre a variação linguística na referida obra de revela-se impreciso e superficial. Conforme a sua pesquisa Carmo menciona que;

De acordo com as teorias no campo da sociolinguística, percebe-se, por meio dessa pesquisa, que grande parte dos professores tem acesso a esse universo linguístico, porém, na sua prática pedagógica, não aplicam essas mudanças. Esse conhecimento, contudo, não se mostrou capaz de modificar velhas práticas e conceitos e permanece uma visão de que a língua é homogênea. Poucos conteúdos fazem referência a um confronto entre variedades dialetais como um meio para o ensino de diferentes formas de falar, considerando os níveis de formalismo adequados aos contextos comunicativos. Por outro lado, verifica-se que a proposta curricular para o Ensino Fundamental e o livro didático pouco ajudam os docentes a realizar um ensino que considere a variação linguística de maneira abrangente e efetiva. (CARMO, 2012, p.5).

Já Santos e Borges (2011) também observou como a variação linguística vinha sendo retratada nos livros didáticos de Língua Portuguesa, especificamente do sexto ano. Segundo Santos e Borges (2011, p.1014) “a coleção foi uma das selecionadas e compradas pela secretaria de educação do Estado da Bahia para serem distribuídas em algumas escolas públicas do estado da Bahia para utilizarem no ano de 2008-2010. As autoras verificaram que o livro didático de Língua Portuguesa retratava sobre a diversidade linguística, estando, portanto de acordo com as concepções mais recentes da educação, embora o estudo da heterogeneidade linguística apareça de forma resumida e desviada

Apesar de o tratamento não se limitar às variedades regionais, como em outros livros didáticos, as variedades urbanas não são trabalhadas de forma satisfatória, de modo que fica implícita a crença ilusória de que os falantes urbanos mais letrados se comportam linguisticamente de acordo às normas prescritas pelas gramáticas. Isso é confirmado na ausência de separação entre norma-padrão e norma culta (variedades prestigiadas socialmente). A primeira trata-se do conjunto de regras descritas e prescritas pelas gramáticas normativas, baseadas em uso dos escritores consagrados. A segunda abarca as variedades linguísticas efetivamente utilizadas por indivíduos urbanos, letrados e socioeconomicamente privilegiados.(SANTOS E BORGES, 2011,p.1014).

Assim, esta pesquisa pretende: a) apresentar uma avaliação crítica do processo de variação linguística presente nos livros didáticos escolhidos para esta pesquisa; b) observar se o livro traz consigo o conceito de certo e errado, discriminando a ocorrência da variação; c) mostrar a importância do estudo da variação linguística na sala de aula para o desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos; d) ressaltar os principais conflitos em relação ao conceito de norma culta e norma padrão usados nos livros didáticos e e) mostrar as consequências do ensino de Língua Portuguesa que não leva em consideração que a língua é instável e heterogênea .

3 TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

O desenvolvimento da linguística moderna tem a contribuição de Ferdinand de Saussure, linguista suíço que ministrava aula na universidade de Genebra, a partir das quais resultou o livro *Cours de Linguistique Générale* (Curso de Linguística Geral), publicado três anos após sua morte, a partir das anotações e apontamentos de seus ex-alunos, Bally e Sechehaye, durante os três cursos que Saussure lecionou, entre 1907 e 1911, na Universidade de Genebra”.

Saussure acolheu como objeto de estudo da Linguística a língua, e só a partir desse momento a Linguística passou a ser concebida como uma ciência. Conforme Oliveira (2003), a Linguística torna-se autônoma ao definir o seu objeto de estudo e concebê-lo como um sistema de regras separado das outras ciências, mas sem deixar de lado a interdisciplinaridade.

(...) a impossibilidade de uma revolução, ou melhor dizendo, de uma mudança geral e repentina na língua, uma vez que a língua é um fator histórico de transmissão de conhecimento. Porque é repassada aos seus falantes pelos antepassados como uma herança que se constitui num acervo de regras que determinam o comportamento linguístico (OLIVEIRA, 2003 p.86).

Para Saussure todos os fatores extralinguísticos deveriam ser dispensados, o importante era a estrutura. Para Oliveira (2003, p.11) “(...) a estrutura estabelece a forma em que a experiência traduzida pela linguagem se constitui como matéria que explica o ser humano e o mundo”.

Para François (1980, p.68), a língua não é um conjunto de signos acumulados, é um sistema considerado como um conjunto de unidades linguísticas solidárias umas com as outras e que obedecem a regras. Segundo Koerner (1972, p.422), Saussure propõe a teoria de que a língua é um sistema de termos interdependentes, distintivos e contrastivos, que forma um conjunto de fatos semiológicos e sublinha a existência do signo linguístico como inseparável da noção de sistema. Como percebemos, Saussure considerava a língua como um sistema, ou seja, um conjunto organizado de determinadas unidades.

Para explicar a linguagem Saussure utiliza as dicotomias, que se complementam, entre as quais, destacam-se, para efeito desta pesquisa, a oposição língua e fala, e sincronia e diacronia.

Para Saussure a língua é a parte social, mais estável enquanto a fala é algo mais individual, particular, portanto mais suscetível a mudanças. De acordo com Saussure (1975, p.105), “na língua, as mudanças não se aplicam senão a elementos isolados, que repercutem

todo o sistema. Entretanto, não cabem ao indivíduo essas mudanças, visto que a língua não premedita nada; é espontânea e fortuita”.

A partir desses aspectos, podemos compreender que Saussure foi quem deu o passo inicial para tornar a linguística uma ciência, pois até então a linguística não tinha um objeto de estudo. A teoria resultante das contribuições de Saussure é o estruturalismo, pelo qual a língua deveria ser compreendida apenas pela sua estrutura, e todos os aspectos extralinguísticos deveriam ser abandonados.

Também merecem destaque as contribuições do Gerativismo de Noam Chomsky, que surgiu como uma oposição aos pensamentos vigentes na época, como os de Leonard Bloomfield Skinner, que concebiam a linguagem como sendo condicionada por fatores externos, ou seja, os fatores sociais seriam um estímulo para os falantes. A linguagem para Bloomfield era algo que se adquiria mecanicamente, por meio de repetições. Na visão de Chomsky, a linguagem era algo inato do ser humano, era natural, não necessitando de estímulos para se concretizar.

Chomsky, apesar de a sua teoria surgir em oposição às correntes anteriores, ainda tem resquícios das mesmas. Este teórico estuda o desenrolar da linguagem humana, adotando uma concepção comum nas correntes anteriores, pois estuda a linguagem como dotada de certa homogeneidade e deixa de lado os fatores sociais. A esse respeito Monteiro (2000) diz que

Basta lembrar que Chomsky (1965) delimitou como objeto de estudo de sua teoria linguística a competência de um falante-ouvinte ideal, membro de uma comunidade linguística completamente homogênea e possuidor de um conhecimento excelente da língua, além de, ao realizá-la, não ser afetado por nenhum problema que pudesse causar redução de memória, dispersão mental, deslocamentos de atenção ou de interesse e lapso quase sempre casuais. (MONTEIRO, 2000, p.15)

Percebe-se que o teórico gerativista estava preocupado com o estudo do funcionamento da linguagem, com algo mais abstrato e deixava de lado o que o mesmo denominou de desempenho, que pode ser afetados por estresse, raiva, nervosismo, entre outros fatores dependendo do momento e da situação em que o falante foi exposto. Um falante pode muito bem conhecer a sua língua e em decorrência de alguns fatores pode não ter um bom desempenho na hora de se pronunciar.

Assim, podemos notar que, embora o gerativismo tenha mudado o objeto de estudo em relação ao estruturalismo de Saussure, a concepção de a língua ser dotada de certa homogeneidade e a exclusão dos elementos sociais não mudaram. Essa visão só foi alterada com o nascimento da Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação e da Mudança

Linguísticas que surgiu em contraposição aos estudos linguísticos do início do século XX, especificamente da teoria estruturalista de Ferdinand Saussure e do gerativismo de Noam Chomsky. Monteiro (2000, p.57) diz que “a variação é essencial à própria natureza da linguagem humana e, sendo assim, dado o tipo de atividade que é a comunicação linguística, seria a ausência de variação no sistema o que necessitaria ser explicitado”.

A sociolinguística variacionista teve como principal representante William Labov que retrata a língua como sendo heterogênea, dinâmica suscetível a mudança. Bagno (2007) fala que

A língua de ontem não é a de hoje, e a de hoje não será a de amanhã: “tudo o que se vê (e se fala e se ouve e se lê) não é igual ao que a gente viu (e falou e ouviu e leu) há um segundo”. (...) a mudança é inevitável, irrefreável, e o melhor mesmo é aceitá-la, compreender seus mecanismos e aprender a lidar serenamente com ela. (BAGNO, 2007, p.164)

De acordo com Bagno (2007, p.164) “toda língua muda com o passar do tempo”, isso é perceptível quando comparamos a fala de pessoas idosas com a fala dos adolescentes, livros de séculos passado com livros atuais percebemos a diferença. Na concepção de Bagno, “as diferenças saltam aos olhos, e as dificuldades de compreensão vão crescendo quanto mais a gente recua no tempo”.

Em relação à dicotomia Saussuriana, língua e fala, Labov encontra um pensamento divergente: a língua que é retratada por Saussure como social sendo possível estudar a linguagem a partir de um falante enquanto a fala que é individual só poderia ser analisada a partir da observação de vários indivíduos. A esse respeito Monteiro (2000) coloca que

De acordo com o pensamento de Saussure, se todos os falantes possuem um conhecimento da língua (langue), desde que esta é um sistema que existe virtualmente em cada cérebro, seria possível obter os dados para descrição a partir do testemunho de um único falante. E, de maneira oposta, os dados para se estudar o discurso (parole) só poderiam ser obtidos mediante o exame do comportamento dos indivíduos no uso da linguagem, ou seja, num contexto social. Este é, pois, um famoso paradoxo Saussuriano: partindo-se de um único indivíduo, seria possível analisar o lado social da linguagem, mas somente pela interação de duas ou mais pessoas se poderia estudar o aspecto individual. (MONTEIRO, 2000, p.14)

Segundo Bagno (2007, p.165), “a mudança linguística sempre foi encarada como um problema, como uma coisa negativa, como um sinal de ruína, de decadência e corrupção da língua (e da moral de seus falantes)”. O autor ainda respalda sobre o fenômeno de mudança linguística e faz uns questionamentos:

No entanto, ela é inevitável: tudo no universo, na natureza e na sociedade passa incessantemente por processos de mudança, de obsolescência, de reinvenção, de evolução... por que só a língua teria de ficar parada no tempo e no espaço? Todas as demais instituições humanas sofrem mudança, por que a língua não sofreria? (BAGNO, 2007, p.166)

Assim, a mudança linguística não pode ser vista como uma destruição da língua, por que tudo o que está presente no mundo com o passar do tempo vai se transformando, mudando, portanto com a língua não seria diferente.

Os falantes são os responsáveis pela mudança que ocorre na língua, mudança esta lenta e gradual. As pessoas estão sempre procurando inovar para melhorar a sua vivência na sociedade, a língua está dentro deste enfoque. Para Bagno (2007, p.166), “vamos alterando as regras de funcionamento da língua, tornando ela mais adequada e mais satisfatória para nossas exigências de processamento mental, de comunicação e interação”. Sobre esse assunto, a autor acrescenta que “não existe língua sem falantes. Por isso, não é “a língua” que muda- a língua, afinal, não existe sozinha, solta no espaço, como uma entidade mítica... são os falantes em sociedade que mudam a língua”.

Alguns indivíduos pensam que existe um culpado pelos fenômenos de variação e mudança da língua. Sobre esse aspecto Bagno (2007) assevera que

As pessoas tentam atribuir a “culpa” da mudança linguística a alguém ou a algum grupo social: ora são os jovens (“não sabem mais falar a língua, só usam gíria” etc), ora são os professores (“que não são mais tão bons como antigamente” etc), ora são os escritores (“que se deixam contaminar pelos vícios da linguagem relaxada de hoje”), ora são os meios de comunicação modernos, ora é” mistura de raças” resultante de povos de “cultura superior” com povos de “cultura primitiva” (ou nenhuma cultura, melhor dizendo...), ora são as “babás, cozinheiras e engraxates”. (BAGNO, 2007, p.166)

Não existe um culpado em particular que provoque o fenômeno da mudança linguística, e para explicar como se dá a mudança linguística, Deutscher (2005, p.61, apud Bagno, 2007, p.167), faz uma analogia ao processo de mudança linguística com dois prédios públicos, numa grande universidade.

Imagine dois prédios públicos- Por exemplo, numa grande universidade- com um amplo terreno cheio de matos separando eles. O único caminho previsto para ligar os dois prédios é um passeio pavimentado (uma calçada) que contorna o terreno. Como esse percurso leva muito tempo, as pessoas que têm de ir frequentemente de um prédio a outro começam a atravessar o mato para atalhar. A primeira pessoa que faz isso tem que abrir caminho pisando no capim alto, e as pessoas que vem depois descobrem que a trilha que a primeira criou é o percurso mais convidativo, porque parte do capim e

outras plantas já foram aplainadas. À medida que mais e mais gente atravessa o terreno, mais e mais a vegetação fica esmagada, até que, por fim, a trilha se transforme num caminho liso e limpo.(DEUTSCHER, 2005, p.61, apud, BAGNO, 2007, p.167).

De acordo com a analogia acima, as pessoas começaram a passar pelo matagal para facilitar o percurso, e esse percurso foi feito de maneira coletiva, da mesma forma ocorre o processo de mudança da língua, uma forma linguística é usada pelos falantes e com o passar do tempo, e o surgimento da necessidade, uma nova forma aparece sendo cada vez mais é utilizada pelos falantes. Em decorrência disso, a maneira anterior de falar tende a desaparecer do vocabulário das pessoas, embora continue existindo. Bagno (2007, p. 168) diz que esse processo de mudança ocorre “talvez por ser um modo mais fácil, mais rápido, mais enfático, mais precioso de se expressar- um atalho linguístico.

A mudança linguística da língua pode ser classificada em mudança do tempo aparente e mudança do tempo real. Faraco (1998, p.117), em relação à mudança do tempo aparente diz que “Identificada uma situação de mudança em progresso, deverá o pesquisador voltar no tempo (eixo do tempo real) para obter dados com os quais possa desvelar as características do processo histórico visualizado no corte sincrônico”. E em relação à mudança em tempo real Tarallo (2001, p.70), coloca que “uma vez atestada à mudança com base em dados do tempo aparente, deve-se proceder a um encaixamento histórico da variável no tempo real”.

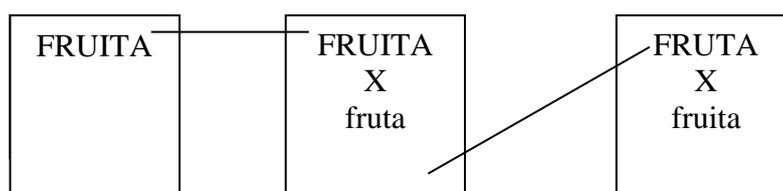
A Sociolinguística Variacionista leva em consideração o fato de que a língua e a sociedade estão conectadas, então se a sociedade é heterogênea a língua também é. Bagno (2007, p. 168), assegura que a língua é uma atividade social, ela é parte integrante (e constitutiva) de vida em sociedade. O autor ainda ressalta que “a mudança é resultado da interação entre fatores internos- os mecanismos cognitivos que processam a linguagem dentro do nosso cérebro- e fatores externo a língua, ou seja, fatores sociais e culturais.

As línguas não mudam aleatoriamente da noite para o dia, pois tem todo um processo de transformação. Bagno (2007, p. 169) afirma que essa transformação “nada tem de fortuito, de casual, nem de aleatório”. Para o autor, essa transformação é a “mesma que transformou o indoeuropeu em latim, o latim em português e, que está transformando o português numa língua que amanhã não será a mesma de hoje...” e certifica que

Se nós tivermos que aceitar a doutrina do “erro”, vamos ser obrigados a dizer que o português, o espanhol, o catalão, o francês, o italiano, o romeno etc. são “latim falado errado”, o que é totalmente absurdo numa perspectiva científica minimamente criteriosa. Igualmente absurdo é dizer que o português brasileiro é uma maneira “errada” de falar a língua, somente

porque no Brasil ela apresenta características estruturais diferentes da do português europeu. (BAGNO, 2007, p.169).

A mudança linguística é originada das variantes em concorrência. Isso se explica pela heterogeneidade da sociedade, pois a mesma é formada por pessoas de diferentes classes sociais, tendo cada compartimento uma maneira particular de falar, esses vários modos de dizer a mesma coisa entram em concorrência e o que é mais usado pelas pessoas é o que vence. Bagno (2007, p.169) assevera que “o que ocorre é uma competição, uma concorrência entre a variante inovadora e a variante conservadora (...) a língua muda porque varia, isto é, porque algumas pessoas preferem usar um atalho em vez de seguir pelo caminho pavimentado já existente...” O autor, a respeito do fenômeno da mudança linguística, coloca que “às vezes, a forma inovadora suplanta completamente a forma mais antiga, que desaparece da língua sem deixar traços”. Outras vezes as variantes antigas e as que vão surgindo diferenciam-se apenas pelo grau de prestígio. Bagno (2007, p.173), mostra o seguinte exemplo:



Assim, a palavra *fruta* é uma forma antiga que ainda prevalece, geralmente entre os mais idosos e a palavra *fruta* a forma mais recente também é utilizada no vocabulário linguístico das pessoas, no entanto esta última forma é mais prestigiada.

Quando nas classes sociais mais favorecidas surge uma nova palavra e a mesma é utilizada amplamente pelos falantes dessa classe, mesmo que esteja em desacordo com as normas gramaticais, essa nova maneira de falar é aceita sem nenhuma discussão pela sociedade, porém se as pessoas das classes sociais menos favorecidas utilizarem uma nova forma linguística, que esteja fora dos preceitos da gramática, a mesma é taxada pela sociedade como errada. Sobre esse assunto Bagno (2007), coloca que

Os julgamentos linguísticos são sempre, no fundo, julgamentos sociais: se a minha classe social, privilegiada, usa uma forma condenada pela gramática normativa, o problema está na gramática normativa; mas se a forma não normativa é usada pelos falantes desprestigiados, então é “erro mesmo”. (BAGNO, 2007, p.177)

A partir do que foi exposto, podemos perceber que a sociolinguística está preocupada em correlacionar as diferenças linguísticas como resultado da diversidade social. Bagno (2007,

p.38), “o objetivo central da sociolinguística, como disciplina científica, é precisamente relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social”. O autor ainda acrescenta que

Língua e sociedade estão indissolúvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra. Para a sociolinguística, é impossível estudar a língua sem estudar, ao mesmo tempo, a sociedade em que essa língua é falada, assim como também outros estudiosos- sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais etc.- já se convenceram que não dá para estudar a sociedade sem levar em conta as relações que os indivíduos e os grupos estabelecem entre si por meio da linguagem. (BAGNO, 2007, p.38)

Percebe-se que a língua e a sociedade são indissociáveis, tendo em vista essa concepção e sabendo que a sociedade é formada por diversos grupos sociais (ricos, pobres, uns moram na zona urbana, outros moram na zona rural, uns tem acesso a escolarização, outros não tem essa chance), devido essa diversidade social a fala também varia. Cagliari (2000), assevera que

Através do modo de falar de cada um, revela-se o status social dos indivíduos e grupos sociais, ficando definido o lugar de cada um na sociedade”, ou seja o modo de falar de cada um serve como uma identidade perante a sociedade. (CAGLIARI, 2000,p. 81)

Como a sociedade é complexa a realidade linguística também é, e Bagno (2007, p. 38) a divide em dois pólos: “a variação linguística, isto é, a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade e a norma padrão, produto cultural, modelo artificial de língua criado justamente para tentar “neutralizar” os efeitos da variação.

De acordo com Preti (1930, p.11), “entre sociedade e língua, de fato, não há uma relação de mera causalidade”. O autor ainda menciona que

Desde que nascemos, um mundo de signos linguísticos nos cerca, e suas inúmeras possibilidades comunicativas começam a tornar-se reais a partir do momento em que, pela imitação e associação, começamos a formular mensagens. E toda nossa vida em sociedade supõe um problema de intercambio e comunicação que se realiza fundamentalmente pela língua, o meio mais comum que dispomos para tal. (PRETI, 1930, p.11)

A língua é o meio de comunicação mais utilizado pela sociedade, pois é por meio dela que os indivíduos se interagem, se comunicam uns com os outros. Para Preti (1930, p.12), “a língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua”. O autor também coloca que “é através dela que a realidade se transforma em signos,

pela associação de significantes sonoros, e significados arbitrários, com os quais se processa a comunicação linguística”.

Monteiro (2000, p, 16), assegura que “para Labov, todo enfoque linguístico teria que necessariamente ser social, em virtude da natureza do fenômeno que é a linguagem”, contudo é importante lembrarmos que a linguagem não cumpre um papel apenas social. O autor também menciona que

Ela é também um fenômeno que tem implicações de ordem psicológica, fisiológica etc. Assim, uma perspectiva, como por exemplo a da psicolinguística, não deixa de ser útil e necessária, pelo menos no estágio atual, em que se torna praticamente impossível criar uma disciplina que reúna em si mesma todos os enfoques.(MONTEIRO, 2000, p. 16)

Em consequência desse pensamento, que todo aspecto linguístico implicaria necessariamente ser social, Labov considerava o termo sociolinguística ambíguo, não querendo aceitá-lo.

Para Monteiro (2000, p.16), “devemos ter em mente que a língua não é simplesmente um veículo para se transmitir informações, mas também um meio para se estabelecer e manter relacionamentos com outras pessoas”. O autor exemplifica esse pensamento, mostrando a ilustração feita por Trudgill (1979), onde

Dois ingleses numa estação de trem, que nunca se encontraram antes e que começam a falar sobre o tempo. Uma explicação para o comportamento dos dois é que deve ser constrangedor estar na companhia de alguém com quem não se está familiarizado e não lhe dirigir a palavra. Pode-se também supor que um dos homens, talvez inconscientemente, deseja antes de tudo saber os pormenores sobre o outro, como o tipo de trabalho ou o seu status social; sem tais informações, ele por certo não saberia como se portar diante do estranho. (TRUDGILL, 1979, apud MONTEIRO, 2000, p.16).

A partir desse exemplo, podemos compreender que a linguagem não tem a função apenas de conduzir informações, mas também de cultivar o relacionamento entre as pessoas. De acordo com Monteiro (2000, p.16) “a função da língua de estabelecer contatos sociais e o papel, por ela desempenhado de transmitir informações sobre o falante, constituem uma prova cabal de que existe uma íntima relação entre língua e sociedade”. O autor também coloca que “essa relação, porém, é muito mais profunda do que se imagina. A própria língua como sistema acompanha de perto a evolução da sociedade e reflete de certo modo os padrões de comportamento, que variam em função do tempo e do espaço”.

Na relação entre língua e sociedade alguns estudiosos acreditavam no determinismo linguístico, ou seja, que a língua condicionaria o comportamento social dos indivíduos e

outros acreditavam no condicionamento social das línguas, ou seja, a sociedade condicionaria o comportamento linguístico. Sobre o primeiro ponto de vista Monteiro (2000, p.18), diz que “não se pode dar total crédito à hipótese do determinismo linguístico, embora haja algumas indicações que sugerem, sem radicalismo, a influência do sistema linguístico na forma de pensar do indivíduo”.

Portanto, os fenômenos de variação e mudança linguística estão relacionados com o processo da influência da sociedade sobre as línguas. A esse respeito Monteiro (2000, p.20), assevera que “talvez o aspecto mais relevante do condicionamento social das línguas se relaciona aos fenômenos de variação e de mudança linguística, que constituem o interesse principal dos interesses de Labov”. Ainda conforme o mesmo autor, “a mudança ocorre em função de pressões sociais que podem até mesmo ser observadas e descritas. A fala dos indivíduos, se não tem o poder de influenciar os padrões sociais, pode, ao contrário, ser afetadas por estes”.

Labov explica que a fala das pessoas podem ser afetadas pelo tipo de vida, condição social, ambiente em que esse indivíduo tem dentro da sociedade. Labov (1968) citado por Monteiro (2000), diz que

A variação no comportamento linguístico em si mesma não exerce uma decisiva influência no desenvolvimento social nem afeta as oportunidades de vida do indivíduo. De modo oposto, a forma de comportamento linguístico muda rapidamente quando muda a posição social do falante. (LABOV, 1968, apud, MONTEIRO, 2000, p.20)

Com o estudo da teoria da variação e da mudança linguística, notamos que a língua varia em decorrência de fatores linguísticos, sociais, históricos e muda com o passar do tempo, entre outros fatores, que remete a instabilidade da língua. Esta visão tradicional da língua como algo parado no espaço perpetuou por muito tempo, e os aspectos da diversidade linguística só passou a ser mencionada no ensino de Língua Portuguesa, a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento da Sociolingüística Variacionista. Conforme Stubbs (2002, p. 17) “as investigações puseram a nu a absoluta falta de fundamentação empírica e teórica para o prosseguimento de uma pedagogia linguística centrada na velha noção de erro”.

Segundo Luft (1993, p.46), “a linguística moderna, com seus conceitos técnicos de linguagem, língua e fala, variantes de linguagem e o resto poderia ter vindo para reorientar o ensino da língua materna”. De acordo com o autor:

“no essencial da orientação pedagógico-didática, nada mudou com a intervenção da linguística no ensino da língua materna. Na verdade, a situação piorou, com uma gramaticalização mais complicada e sobrecarga de novas informações”. (LUFT, 1993, p. 46)

Luft (1993, p. 46), afirma que o “ensino tradicional antes da linguística moderna parecia concebido para formar professores de português; agora, um ensino de linguística modernoso parece visar à formação de professores de linguística.” O autor conclui o seu pensamento dizendo o seguinte: “com uma pequena ressalva, para ser mais precioso: em ambos os casos, formar professores teóricos, assegurando um futuro de muita teoria gramatical.

Sabemos que o ensino de língua materna tem que estar voltado para o desenvolvimento intelectual, criativo, crítico, mas quando nas aulas as aceções da docente são tradicionais o aluno fica alienado, achando o ensino de Língua Portuguesa chato, tendo que decorar, aprender um conjunto de normas gramaticais, como se a língua não variasse. Segundo Perini (1992), esta situação é gravíssima

Para avaliar a gravidade da situação, basta perguntar aos alunos de segundo grau se eles contemplariam dedicar suas vidas aos estudos gramaticais: dificilmente se obterá uma resposta afirmativa. Na melhor das hipóteses, estão sendo formados jovens cuja curiosidade intelectual é dirigida em qualquer direção, menos na dos estudos da língua. Na pior das hipóteses, estão sendo formado jovens cuja aversão aos estudos gramaticais os leva a sufocar a própria curiosidade intelectual (PERINI, 1992, p. 14).

Conforme Antunes (2003, p.19), “um exame mais cuidadoso de como o estudo da língua portuguesa acontece, (...), revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas”.

Antunes (2003, p. 31), assevera vários pontos “no que se refere à atividade em torno da gramática, podendo se constatar o ensino de:”

Uma gramática descontextualizada, amorfa, da língua como potencialidade; gramática que é muito mais “sobre língua”, desvinculada, portanto, dos usos reais da língua escrita ou falada na comunicação do dia-a-dia; uma gramática fragmentada, de frases inventadas, da palavra e da frase isoladas, sem sujeitos interlocutores, sem contexto, sem função; frases feitas para servir de lição, para virar o exercício; uma gramática da irrelevância, com primazia em questões sem importância para a competência comunicativa dos falantes. (...); uma gramática que não tem como apoio o uso da língua em textos reais, isto é, em manifestações textuais da comunicação funcional e que não chega, por isso, a ser o estudo dos usos comunicativamente relevantes da língua. (ANTUNES, 2003, p. 31-33)

De acordo com Antunes (2003, p.108), “como a tradição era seguir a risca, lição por lição, os livros didáticos, o professor ‘aprendeu’ a não ‘criar’, a não ‘inventar’ seus programas de aula”. Nesse sentido, percebemos que o professor não tinha a liberdade de usar a sua criatividade e segundo Antunes (2003, p.108), “nesse contexto, de fato, o que sobressai é um professor ‘transmissor de conhecimento’, mais precisamente, de ‘conteúdos’”. A autora ainda acrescenta que “o professor precisa ser visto (inclusive pelas instituições competentes) como alguém que, com os alunos (e não para os alunos), pesquisa, observa, levanta hipóteses, analisa, reaprende (...).

Antunes (2003, p. 108-109), assegura que “a escola não deve ter outra pretensão senão a chegar aos usos sociais da língua, na forma como ela acontece no dia-a-dia das pessoas”. Conforme Schmidt (1978) apud Antunes (2003, p. 109), “essa língua é a língua-em-função da língua que só acontece entre duas ou mais pessoas, com alguma finalidade, num contexto específico e sob a forma de um texto- mais ou menos longo, mais ou menos formal, desse ou daquele gênero”. De acordo com Antunes (2003), somente a escola assumindo essas perspectivas é que poderá se afastar das concepções tradicionais:

Assumindo os termos dessa concepção e de suas implicações pedagógicas, a escola poderá afastar-se da perspectiva nomeadora e classificatória (centrada no reconhecimento das unidades e das suas nomenclaturas), com seus intermináveis e intrincados exercícios de análise morfológica e sintática que prioritariamente se tem ocupado (e com os quais ninguém pode interessar-se pela leitura, pela escrita ou por qualquer questão que diga respeito ao uso da linguagem). (ANTUNES, 2003, p.109)

Antunes (2003, p. 115), afirma que “o importante é abandonar a escrita vazia, de palavras soltas, de frases inventadas que não dizem nada porque não remetem ao mundo da experiência ou da fantasia dos alunos”. A autora ainda acrescenta dizendo que “por sinal, a única linguagem que faz sentido, para qualquer pessoa, é aquela que expressa o que queremos dizer, por algum motivo, de nós, dos outros, das coisas, do mundo.”

O falante de uma língua começa a falá-la desde a infância. De acordo com Luft (1993, p. 53), “pássaros nascem programados para voar, peixes para nadar – o homem nasce programado para (entre outras coisas) falar.” E essa concepção, de acordo com Luft (1993, p. 53), “sugere que as aulas de linguagem não sejam um treinamento forçado, carregamento de fora para dentro, mas criação de condições e estímulo para que se liberem capacidades internas inatas.”

3.1 Variação linguística e os parâmetros curriculares nacionais

Segundo Os PCNs, o objetivo geral para o ensino de língua portuguesa refere-se

No processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 32)

E para que isso ocorra, é necessário que a escola desenvolva meios que possibilite ao aluno desenvolver as suas habilidades cognitivas na área da linguística para que saiba lidar em diferentes situações comunicativas, desenvolva a capacidade crítica, entre outros como:

(...) inferindo as possíveis intenções do autor m. utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso; utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em várias áreas do conhecimento; (...) identificando e repensando juízos de valor tanto sócio ideológicos (preconceituosos ou não) quanto histórico culturais (inclusive estéticos) associados à linguagem e à língua; reafirmando sua identidade pessoal e social; conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico; reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades; usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise linguística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica.(BRASIL, 1998, p.32-33)

Conforme os PCN, nas aulas de Língua Portuguesa devem conter temas, atividades relacionada à variação linguística, e é importante que fique claro para o discente que a heterogeneidade presente na língua é algo natural.

[...] é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. Para isso, o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa. (BRASIL, 1988, p. 82)

Segundo os PCNs, o ensino tradicional sofria críticas em relação ao seu método de ensino, e dentre as principais críticas encontram se:

A desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos; a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto; o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais; a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o consequente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão; o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas; a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente, uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada. (BRASIL, 1998, p.19)

Percebe-se que o ensino tradicional não levava em conta a necessidade dos alunos, trabalhavam com textos dando ênfase apenas para os aspectos gramaticais, onde os discentes tinham que decorar regras que pouco servia para a sua vida social, pois como já vimos o falante de uma língua e o melhor gramático da mesma.

Os PCNs asseveram ainda que:

É neste período que ganha espaço um conjunto de teses que passam a ser incorporadas e admitidas, pelo menos em teoria, por instâncias públicas oficiais e a divulgação dessas teses desencadeou um esforço de revisão das práticas de ensino da língua, na direção de orientá-las para a ressignificação da noção de erro, para a admissão das variedades linguísticas próprias dos alunos. (BRASIL, 1998, p. 19).

De acordo com as orientações do documento,

(...) para a valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem e para o trabalho com textos reais, ao invés de textos especialmente construídos para o aprendizado da escrita. O resultado mais imediato desse esforço de revisão foi à incorporação dessas ideias por um número significativo de secretarias de educação estaduais e municipais, no estabelecimento de novos currículos e na promoção de cursos de formação e aperfeiçoamento de professores.

(...). Pode-se dizer que hoje é praticamente consensual que as práticas devem partir do uso possível aos alunos para permitir a conquista de novas habilidades linguísticas, particularmente daquelas associadas aos padrões da escrita (...) (BRASIL, 1998, p.19)

Assim, a Língua Portuguesa é concebida nos PCNs como “uma unidade composta de muitas variedades. O aluno, ao entrar na escola, já sabe pelo menos uma dessas variedades. aquela que aprendeu pelo fato de estar inserido em uma comunidade de falantes. (Brasil, 1998, p. 81). E acrescenta:

Certamente, ele é capaz de perceber que as formas da língua apresentam variação e que determinadas expressões ou modos de dizer podem ser apropriados para certas circunstâncias, mas não para outras. Sabe, por exemplo, que existem formas mais ou menos delicadas de se dirigir a

alguém, falas mais cuidadas e refletidas, falas cerimoniosas. Pode ser que saiba, inclusive, que certos falares são discriminados e, eventualmente, até ter vivido essa experiência. Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. (BRASIL, 1998, p. 81-82)

Os PCNs afirmam ainda que:

a) “é enorme a gama de variação e, em função dos usos e das mesclas constantes, não é tarefa simples dizer qual é a forma padrão (efetivamente, os padrões também são variados e dependem das situações de uso)” (BRASIL, 1998, p. 82); b) “além disso, os padrões próprios da tradição escrita não são os mesmos que os padrões de uso oral, ainda que haja situações de fala orientadas pela escrita c) “é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana” d) “o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa. (BRASIL, 1998, p. 82).

Assim, a variação linguística está presente na vida dos discentes, cabendo ao professor mostrar para os alunos que a língua varia, existindo, assim, diversas formas para se dizer a mesma coisa, contudo a expressões que são mais adequadas para serem utilizadas em determinado momento, situação e outras que não são.

3.2 Norma culta, norma padrão e gramática normativa

O ensino de gramática sempre foi à principal preocupação das aulas de português segundo a concepção tradicional. Para Faraco (2008, p.24) “a prática pedagógica tradicional sempre colocou o ensino de gramática no centro do ensino de português”. Para o mesmo autor “no fundo, ensinar gramática e ensinar português foram sempre, na concepção tradicional, expressões sinônimas”. Conforme Faraco, o ensino de gramática na concepção tradicionalista eram vistos em dois sentidos

Ora significava ensinar nomenclatura, conceitos e classificações (i. e., transmitir um instrumental descritivo), acompanhados de exercícios analíticos (as famosas análises morfológica e sintática); ora dignificava ensinar os usos que os gramáticos postulavam como corretos (i. e., os preceitos da boa linguagem”).(FARACO, 2008, p.24-25).

A gramática tradicional aos poucos foi perdendo espaço devido a algumas críticas, conforme Faraco (2008, p.24) “a crítica apontava fragilidades conceituais e empíricas da velha gramática, falta que, aliado aos novos modelos de análise linguística, a fez perder prestígio e espaço no âmbito dos estudos universitários”. Em decorrência desse desprestígio, segundo Faraco, “desenvolveu-se, então, um certo discurso pedagógico”, o qual

Passou a condenar ou o ensino de gramática em sua totalidade (dizia-se que era preciso deixar de ensinar gramática para poder ensinar português); ou a centralidade desse ensino (dizia-se, como ainda se diz nos documentos oficiais, que só caberia o estudo da nomenclatura, das classificações e dos conceitos se funcionalmente subordinado ao estudo da língua propriamente dita, ou seja, ao estudo das práticas de leitura, escrita e fala. (FARACO, 2008, p.25).

Como percebemos na citação acima a gramática foi-se tornando desprestigiada e conforme Faraco (2008, p.25) “passou a ser politicamente incorreto dizer que se ensinava gramática (ou que era importante ou necessário o seu ensino)”. Como consequência dessa situação em que se encontrava a gramática, segundo o mesmo autor, foi necessário encontrar outro termo para designar as práticas tradicionais e essa expressão foi à norma culta que

Caiu como uma luva. Não era uma expressão desgastada (porque era, até então, de uso restrito e vinha do discurso científico (o que lhe garantia certo *pedigree*). Passou a ser usada, então, em substituição ao termo gramática. Mais ainda: a novidade da expressão deu um ar de renovação, de modernização ao ensino de português. Foi possível referir aos mesmos conteúdos com outro nome e, desse modo, criar a ilusão de que se estava agora entre os modernos.(FARACO, 2008,p.25)

Segundo Faraco (2008, p.26) “o uso da expressão norma culta preencheu certo vazio terminológico (...) e facilitou o discurso daqueles que se sentiram chamados a combater a todos os que pretensamente queriam destruir a boa linguagem e seu ensino”.

Levando em conta esse contexto, a norma culta passou a abarcar o que antes era denominado de gramática, ou seja, um conjunto de regras que deve ser obedecido pelos falantes. Desse modo Faraco (2008), diz que

A expressão norma culta passou, então, a ser usada para designar o conjunto dos preceitos da velha tradição excessivamente conservadora e pseudopurista. O interessante, neste caso, é observar como, nesse deslocamento do sentido da expressão, aquele conjunto de preceitos se transformou numa entidade algo etérea, fixa desligada de qualquer perspectiva histórica e pairando soberanamente muito acima do juízo dos reles mortais. (FARACO, 2008, p.26)

A norma culta ganhou personificação e passou a ditar o que ela considerava correto. De acordo com Faraco (2008, p.26), “deu-se vida e poder a esse estranho ente que passou a ter, inclusive, vontade própria: “não aceita”, “não admite”, “condena”, “proíbe”, “insiste em” este ou aquele uso”.

Segundo Faraco (2008, p.73), “qualquer língua é sempre heterogênea, ou seja, é constituída por um conjunto de variedades (por um conjunto de normas)”. A norma de uma língua pode ser caracterizada por um conjunto de fatores linguísticos comum em uma determinada comunidade. Faraco (2008, p.42) define norma como sendo “Um termo que usamos, nos estudos linguísticos, para designar os fatos de língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade de fala”.

As diversas formas linguísticas servem como identidades, a partir delas somos capazes de diferenciar se um indivíduo é de uma comunidade, grupo social ou outro. Faraco (2008, p. 49) diz que “numa sociedade diversificada como a Brasileira haverá inúmeras formas linguísticas”. Faraco (2002) a esse respeito menciona que

Não há, obviamente, um total encapsulamento e insulamento dos grupos sociais, nem de seus membros. Assim, é inevitável o contato entre essas muitas normas no intercâmbio social, o que redundará em múltiplas influências (as normas são, portanto, hibridizadas) e também eventualmente em mudanças linguísticas em diferentes direções. (FARACO, 2002, p.39)

Devido à mistura de normas existentes na sociedade, um falante é capaz de conhecer mais de uma norma, dominá-la perfeitamente e mudar a sua maneira de falar de acordo com a sua vivência, experiência em diversas redes sociais.

Quando falamos em norma culta, norma padrão e gramática normativa, para muitas pessoas esses conceitos são embaraçosos. Para facilitar o nosso entendimento, vejamos um pouco sobre cada uma. Faraco (2008) nos traz o conceito de norma culta

Designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social. (FARACO, 2008, p.73)

Na palavra norma, foram impregnados vários adjetivos com o propósito de diferenciar as diversas maneiras de manifestar a língua. Faraco (2008, p.55) mostra que “essa

qualificação do termo decorreu da necessidade de se distinguir com mais precisão os diversos modos sociais de falar e escrever a língua”.

A qualificação culta em um sentido mais geral remete a ideia de que existem falantes incultos, ou seja, falantes sem cultura, esta concepção está presente no conceito dos falantes cultos. Faraco (2008) fala a este respeito dizendo que

O qualificativo “culto”, por exemplo, tornado em sentido absoluto, pode sugerir que esta norma se opõe a normas “incultas”, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura. Tal perspectiva está, muitas vezes, presente no universo conceitual e axiológico dos falantes da norma culta, como fica evidenciado pelos julgamentos que costumam fazer dos falantes de outras normas, dizendo que estes “não sabem falar”, “falam mal”, “falam errado”, “são incultos”, “são ignorantes”. (FARACO, 2008, p.56)

Como vimos, a palavra culta necessita de uma limitação, pois não existe comunidade sem cultura. Esse limite, conforme Faraco (2008, p.56), “diz respeito especificamente a certa dimensão da cultura, isto é, a cultura escrita”.

O domínio da norma culta de nada serve se não para a exclusão social e, não faz uma pessoa ascender socialmente. Neste pensamento, Bagno (2005) diz que

O domínio da norma culta de nada vai servir a uma pessoa que não tenha acesso às tecnologias modernas, aos avanços da medicina, aos empregos bem remunerados, à participação ativa e consciente nas decisões políticas que afetam sua vida e a de seus concidadãos. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente, a uma pessoa que viva numa zona rural onde um punhado de senhores feudais controlam extensões gigantescas de terra fértil, enquanto milhões de famílias de lavradores sem-terra não têm o que comer. (BAGNO, 2005, p. 70)

Ainda hoje muitas pessoas têm em mente que a língua é somente aquela que está descrita nas gramáticas normativas, só considerando o padrão linguístico, que, como sabemos, é idealizado pelas pessoas da nossa sociedade. Conforme Bagno

Por ter tido muito tempo para se constituir como elemento da cultura ocidental, a ideia tradicional de chamar de “língua” apenas o padrão linguístico e abstrato e idealizado, descrito e prescrito nas gramáticas normativas, permanece até hoje impregnada na mentalidade das pessoas (inclusive de muitas professoras!). (BAGNO, 2007, p.87-88)

A visão distorcida da língua presente em nossa sociedade é resultante de ideologias políticas e culturais que concebiam as línguas das camadas populares mais privilegiadas como sendo certas e os outros modos de falar das classes sociais menos privilegiadas como sendo

errados. Conforme Bagno (2007, p.94), “na história da formação da norma padrão das grandes línguas européias, sempre esteve presente um forte autoritarismo elitista e oligárquico, de exclusão da maioria e de inclusão de uma minoria muito restrita”. Para o mesmo autor acima citado

Quando as modernas nações europeias se constituíram como estados centralizados, surgiu a necessidade política de instituir uma língua que servisse de veículo de comunicação entre o poder central (simbolizado pela figura do rei) e os cidadãos, uma língua em que fossem redigidas as leis que controlariam a vida daquela sociedade. (...) os novos estados centralizados, surgidos depois do declínio do sistema feudal, tiveram de instituir também uma língua centralizada, uma norma padrão (BAGNO, 2007, p.88).

Segundo a concepção de Bagno, a norma padrão é

Um produto sociocultural, vinculado a esfera política, transformado em instrumento de poder, de coerção e, no período colonial, de submissão dos povos conquistados em outros continentes, a norma padrão é um fenômeno marcado historicamente por uma ideologia excludente e repressora.

Para a norma padrão ser construída, houve uma necessidade de selecionar uma língua dentre o grande número de variedades linguísticas e línguas existentes, contudo a escolha não foi pelo vasto vocabulário ou pela sofisticação da língua e sim por interesses puramente políticos. Para Bagno

Nenhuma dessas variedades foi escolhida por ser mais “bonita”, mais “lógica”, mais “elegante”, mais “refinada” que as outras. A escolha se fez por critérios exclusivamente políticos e ideológicos: quem está no poder vai querer impor o seu modo de falar a todo o resto da população. Ora, toda seleção implica, necessariamente, numa exclusão: desse modo, todas as demais línguas e variedades linguísticas daqueles países passaram a ser vista como formas defeituosas e imperfeitas de falar(...) (BAGNO, 2007, p.89)

Faraco (2002), em relação à língua padrão, menciona que a mesma é um ato interacional ao dizer que

É preciso lembrar, por exemplo, que a norma-padrão está vinculada estreitamente ao espectro de práticas socioculturais que constituem o que se pode chamar de cultura letrada em sentido amplo, isto é, as práticas culturais que envolvem não apenas atividades de leitura e escrita como tais, mas toda e qualquer atividade (mesmo que, em si, se dê apenas oralmente) que tem o processo histórico do escrever como pano de fundo. Em outras palavras, a cultura letrada é, como têm procurado demonstrar os estudos sobre letramento, maior do que apenas ler e escrever. (FARACO, 2002, p. 41)

Para a sociolinguística, não existe língua melhor nem pior do que outra, e o que hoje é denominado de variedade padrão são resultantes de uma sociedade capitalista, da inserção de interesses políticos, pois a língua adotada como padrão é a falada por pessoas pertencentes a classes sociais elevadas. Conforme Alkimim

A variedade padrão de uma comunidade – também chamada norma culta, ou língua culta – não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência, a língua original, posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. O que chamamos de variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz, de um lado, pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e, de outro, pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo ‘correto’ de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos linguísticos dos grupos socialmente dominantes. Em nossas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, de determinadas regiões geográficas. Ou melhor, coincide com a variedade linguística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros do poder econômico e do sistema cultural predominante. (ALKMIM, 2003, p.40)

De acordo com Bagno (2007), a seleção de uma língua “não quer dizer que as formas excluídas deixaram de ser usadas” e isso ocorre porque

A norma padrão quando muito, só consegue refrear por algum tempo os processos de mudança, mas nunca impedir que, com o tempo, ocorram essas transformações, por meio das quais novas formas linguísticas vão surgindo na língua e substituindo as formas antigas.(BAGNO, 2007, p.94)

Na nossa sociedade existem pessoas de diferentes classes sociais, e em consequência disso diferentes falares e modos de dizer uma mesma coisa, porém também temos conhecimento que a todo o momento estamos sendo avaliado pela sociedade e esta avaliação é de acordo com a condição econômica de cada um, com a linguagem não é diferente. Segundo Gnerre (1994, p. 6), “[...] uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” E é esse modo de falar mais privilegiado pela sociedade que se torna como modelo para as demais, chamada comumente de variedade padrão.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa se encaixa no campo da Sociolinguística Variacionista e tem como objeto de estudo os livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino fundamental II, especificamente do 6º e do 9º ano, utilizados por uma escola estadual e outra particular, ambas localizadas na cidade de Dom Expedito Lopes-PI.

Este trabalho é de natureza qualitativa, pois, para Michel (2005)

Na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estaticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das idéias,(...) (MICHEL, 2005, p. 33)

De acordo com Michel (2005, p. 33), “na pesquisa qualitativa o pesquisador participa, compreende e interpreta”.

Os livros analisados da escola pública foram os da coleção Português Linguagens, do 6º e do 9º ano, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, da editora Saraiva. A coleção está sendo utilizados neste ano de 2014 e será utilizada em 2015 e 2016, pois sabemos que os livros didáticos das escolas públicas são utilizados durante três anos. Os livros desta coleção estão divididos em quatro unidades e cada uma contém quatro capítulos. Numa visão mais geral, segundo o guia dos livros didáticos (2013),

Os volumes da coleção organizam-se em quatro unidades temáticas, cada uma com quatro capítulos. O último capítulo de cada unidade destina-se à realização de um projeto. Um DVD acompanha todos os volumes da coleção. (guia dos livros didáticos, 2013, p. 85)

A referida coleção aborda quatro diferentes eixos que são os da leitura, o da produção de texto, o da oralidade e o dos conhecimentos linguísticos. O guia do livro didático (2013, p. 85) assevera que o primeiro eixo “aborda diferentes facetas do ato de ler. As atividades levam o aluno ao desenvolvimento de capacidades leitoras relevantes, como a compreensão global, a articulação entre as partes do texto e a produção de inferências”. Já o do segundo eixo, de acordo com o guia de livros didáticos (2013, p. 85), “abrange a oralidade e a escrita e toma como objeto de ensino gêneros textuais diversos. E quanto aos textos escritos, as atividades

situam a prática da escrita em seu contexto social de uso e as propostas definem as condições de produção e circulação geralmente ligadas ao projeto. Contudo, por vezes falta detalhamento a respeito das etapas do processo de produção e orientação mais explícita quanto à construção da

textualidade. Embora as unidades tragam seções sobre “como escrever com coesão”, ou “como escrever com expressividade”, nem sempre o estudo desses recursos se articula à proposta de escrita. (MEC, 2013, p.85)

Quando se refere ao terceiro eixo, o guia de livros didáticos (2013, p. 85) assegura que “as propostas possibilitam experiências efetivas de uso da linguagem oral em instâncias sociais públicas e formais”. E, no último eixo, que trata dos conhecimentos linguísticos, a referida coleção “trata dos conteúdos gramaticais e abrange também conhecimentos textuais e discursivos, com a análise do funcionamento dos recursos linguísticos no texto e dos efeitos de sentido que eles podem suscitar”.

Segundo o MEC (2013, p. 88), os livros da coleção Português Linguagens no que diz respeito aos conhecimentos linguísticos “o trabalho abrange os conteúdos da tradição gramatical juntamente com conhecimentos do âmbito textual e discursivo”. No estudo da gramática

possibilita-se ao aluno a observação e a análise do conceito em foco, formaliza-se a conceituação e propõem-se exercícios de aplicação. As formas das estruturas morfossintáticas são analisadas também quanto à sua função na construção do texto e quanto ao seu valor semântico e seus efeitos enunciativos no contexto de determinado discurso. (MEC, 2013, p.88)

O guia (2013, p. 89) assevera, ainda, que “as propostas diversificadas de leitura, o trabalho com a produção de gêneros textuais, orais e escritos e as atividades que buscam o ensino reflexivo da língua são aspectos positivos da mencionada coleção que podem ser potencializados em sala de aula”.

A escola particular, referida neste trabalho, utiliza para realizar seu trabalho com os educando duas coleções de livros diferentes. No sexto ano, é utilizado o livro Português nos Dias de Hoje, dos autores Faraco e Moura, e no 9º ano é utilizado o livro Língua Portuguesa em Contexto, do autor Lécio Cordeiro.

O livro da coleção, Português nos Dias de Hoje, segundo o MEC (2013, p.90) apresenta “os eixos de ensino são articulados por “projetos” temáticos, que envolvem todas as atividades propostas aos alunos”. O MEC (2013) descreve a coleção da seguinte forma

Organizada em “projetos” temáticos, a coleção apresenta em cada volume três projetos, com três unidades cada um. É por meio desses projetos, em geral, que as tarefas desenvolvidas nos quatro eixos de ensino se integram. Os dois, ou três, textos que iniciam as unidades de cada projeto pertencem, predominantemente, à esfera jornalística ou literária, recebem contextualização com informações sobre o autor, a obra de onde foram

extraídos e o gênero a que pertencem, mas apresentam pouca diversidade. (MEC, 2013, p. 91)

Segundo o MEC (2013, p. 91), o livro do 6º ano, Português nos Dias de Hoje, “as unidades são iniciadas pelas atividades de **leitura** e seguidas de seções relativas a cada eixo. Amplos quadros explicativos, que procuram esclarecer usos e regras gramaticais”. Estes são os fatores que dão norte aos conhecimentos linguísticos. Já a oralidade é segundo o mesmo guia de livros didáticos é “focalizada como uma modalidade da língua que deve ser vista de forma diferente da escrita, trabalha alguns aspectos entonacionais, a oralização de textos e situações de fala”. E sobre a produção escrita o livro tem como meta

Os projetos, que tratarão da publicação e da circulação dos textos produzidos em cada etapa. A unidade ainda inclui uma seção que visa a estimular o aluno a prosseguir no seu estudo e crescimento por meio de experiências culturais variadas. Outra seção sugere aprofundamento do tema de cada unidade, com indicações de livros, filmes e atividades multidisciplinares. (MEC, 2013, p.92)

O outro livro analisado utilizado pela escola particular foi o livro Língua Portuguesa em Contexto, do 9º ano do ensino fundamental II da editora Construir. O livro possui oito capítulos, cada capítulo possui uma temática e dentro dessa temática temos o texto um e o texto dois, dentro desses textos temos os subtópicos: desvendando os segredos do texto, análise linguística, a prática linguística e o é a hora de produzir.

Vimos uma breve discussão sobre a coleção dos livros didáticos que foram objetos de estudo desta pesquisa que teve como perspectiva a verificação do tratamento dado à variação linguística e a norma culta presente nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Para a realização deste trabalho, foram considerados os conteúdos e as atividades que abrangem a heterogeneidade linguística e a norma culta, verificando como estas temáticas são abordadas, e se trazem confusão acerca de alguns termos como norma culta e norma padrão.

Para a análise dos livros didáticos, foi utilizado o seguinte roteiro sugerido por Bagno (2007):

O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil? O tratamento se limita às variedades rurais e/ou regionais? O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)? O livro didático separa a norma padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com uma variedade real da língua? O tratamento da variação no livro didático fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais? O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o

tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções a tratar do “certo” e do “errado”? O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar de erro? O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como? O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão? (BAGNO, 2007, p. 125- 138).

A inclusão da variação linguística nos livros didáticos de Língua Portuguesa é de suma importância. O estudo da diversidade linguística permite que os alunos reflitam sobre a língua, de modo que percebam que a mesma não é homogênea, além de aumentar a capacidade comunicativa do educando. Como sabemos o livro didático é a principal ferramenta de trabalho utilizada pelo professor na sala de aula, ferramenta esta que permite aos alunos estudarem sozinhos.

O estudo do livro didático de língua materna especificamente sobre a variação linguística e a norma culta possibilitará a verificação de como esses fenômenos são retratados, permitindo uma reflexão acerca dessa abordagem, aperfeiçoando o conhecimento sobre esse assunto, além de servir como subsídios para estudos futuros.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já vimos nos capítulos anteriores, à variação da língua ocorre naturalmente, podendo ser explicada pela decorrência de alguns fatores externos e internos. Sabemos também que a sociedade é diversificada, pois conta com a presença de pessoas de diferentes classes sociais, de localidades diferentes, de distintos graus de escolaridade, entre outros fatores. E se a sociedade contém inúmeras desigualdades, na língua não poderá ser diferente. Esta mudança da língua acontece lentamente, só tornando perceptível se compararmos, por exemplo, um livro escrito em séculos diferentes, se ouvirmos pessoas de gerações distintas conversando.

Como a língua é heterogênea, a mesma não pode ser estudada, trabalhada na sala de aula como se fosse homogênea. Contudo, no momento em que o professor, ou o livro didático pede para que o aluno reescreva determinada frase, colocando-a na norma padrão ou na norma culta, está repassando para o discente que a língua é homogênea. Estes fatores ocorrem com muita frequência nos livros didáticos de Língua Portuguesa, aspecto que ficará bem claro nas análises dos livros escolhido para esta pesquisa que foram respectivamente:

1. Português Linguagens do 6º e do 9º ano do ensino fundamental II, do William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, da editora Saraiva, ano 2012, utilizado por uma escola da rede pública da cidade de Dom Expedito Lopes-PI.
2. Português Nos Dias de hoje do 6º ano do ensino fundamental II, do Faraco e Moura, da editora Leya, ano 2012, utilizado por uma escola da rede particular da cidade de Dom Expedito Lopes-PI.
3. Língua Portuguesa em contexto do 9º ano do ensino fundamental II, do Lécio Cordeiro, da editora Construir, ano 2012, utilizado por uma escola da rede particular da cidade de Dom Expedito Lopes-PI.

Nestes livros, será verificado o tratamento dado à variação linguística e à norma culta. Para essa análise, utilizaremos o questionário proposto por Bagno (2007), conforme citado na metodologia, ou seja, cada questão será um tópico de nossa análise.

Antes de iniciarmos a análise, é importante que fique bem claro o conceito de norma culta e norma padrão, pois às vezes são inseridas nos livros didáticos de Língua Portuguesa como sendo sinônimas. A norma padrão pode ser conceituada como uma espécie de dicionário, um conjunto de regras que foi se formando ao longo da humanidade, regras estas que ditavam o modo como as pessoas deveriam falar, se os indivíduos fugissem do padrão que era determinado, estariam falando “errado”. De acordo com Bagno (2007),

“portanto o que convencionou chamar de “língua” nas sociedades letradas é, na verdade, um produto social, artificial, que não corresponde àquilo que a língua realmente é. Enquanto a norma culta pode ser concebida como uma variedade da língua utilizada por pessoas escolarizadas, por indivíduos que tem privilégios na sociedade. (BAGNO, 2007, P.35)

De acordo com Bagno (2007, p. 109), “é a língua usada por camadas privilegiadas da população”.

5.1 O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existe no Brasil?

A respeito da pluralidade linguística no Brasil, o livro português linguagens do 6º aborda esse assunto de forma bastante resumida. Vejamos:

- (1) Falamos o português no Brasil porque essa língua foi trazida pelos portugueses por ocasião da expansão marítima, no século XV. Outros países colonizados por Portugal, como Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo verde e Guiné-Bissau, na África, também têm o português como lingual oficial. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 28)

Neste pequeno trecho, percebemos que o Brasil foi colonizado por Portugal, e que os portugueses implantaram várias modificações no Brasil, inclusive linguísticos. De acordo com Bagno (2007):

O plurilinguismo brasileiro sempre foi silenciado, inclusive por meio de ações violentas como proibições formais, massacres de povos indígenas, legislações que condenavam à prisão quem falasse outras línguas etc. É uma pena que toda história permaneça oculta e que a escola continue preservando o mito do monolinguísmo que, para piorar, foi construído na ilusão de que o Brasil é um “milagre” linguístico porque todos os brasileiros se entendem perfeitamente num território maior do que a Europa Ocidental. (BAGNO, 2007, p.128)

O livro didático português nos dias de hoje do 6º ano menciona de forma implícita a questão das variedades de línguas existentes no Brasil. Exemplo:

- (2) 1. Na unidade 5, você já viu que os pronomes ele, ela, eles, elas não podem exercer a função de objeto direto. Em seu lugar, devemos utilizar o, a, os, as. Essa é uma das diferenças marcantes entre a linguagem formal e a linguagem informal no Brasil.

a) Preste atenção às suas conversas com os (as) colegas e familiares. Na linguagem usada no dia a dia, você emprega os pronomes o, a, os, as como objeto direto ou emprega mais ele, ela, eles, elas com essa função?

b) Você vai ouvir alguns trechos de programas jornalísticos. Observe quais são os pronomes mais empregados. Depois, considerando também a resposta dada por você ao item a desta atividade, reflita a respeito da seguinte questão: pelo uso dos pronomes, é possível distinguir a linguagem formal da informal? (Faraco e Moura, 2012, p. 202)

Nesta questão, podemos perceber que os autores mencionam a questão da diferença de linguagem existente no Brasil de forma bastante reduzida, colocando-a como formal ou informal.

No livro *Português Linguagens do 9º*, encontramos o seguinte texto a respeito da pluralidade linguística:

(3) As diferenças entre o português do Brasil e o português lusitano

Apesar de a eufonia ser um critério importante para a colocação pronominal, há entre o português do Brasil e o de Portugal algumas diferenças que acarretam dificuldades para nós, brasileiros, principalmente quando escrevemos. Isso porque as regras da gramática normativa ainda guardam forte influência do português Lusitano.

(...) para o falante português é agradável ouvir ou ler “devolve-me já essa vela da ignição!”, enquanto para o falante brasileiro seria mais natural: “me devolve já essa vela de ignição!”. (Cereja e Magalhães, 2012, p.245)

De acordo com Bagno (2007),

Por causa da formação histórica da sociedade brasileira, uma formação marcada por toda sorte de violência e se autoritarismo, existe na nossa cultura o mito poderoso do monolinguismo. Todo o discurso que circula na nossa sociedade carrega a noção de que ser brasileiro é sinônimo de ser falante de português. (BAGNO, 2007, p.126) .

Notamos também que o brasileiro sente dificuldade, principalmente na escrita, em decorrência dessa diversidade entre o português de Portugal e o do Brasil, pois a gramática normativa é influenciada pelo português de Portugal.

No livro didático “Português Linguagens” do 9º ano há esse pequeno texto que fala da pluralidade linguística existente no Brasil, contudo antes de fazer esse comentário, seria necessário que os autores contextualizassem melhor, para que o discente compreendesse com mais facilidade. O livro teria que trazer, por exemplo, algumas informações a mais,

principalmente sobre a colonização do Brasil e as consequências, especialmente na língua, dessa colonização para o povo brasileiro.

Quando parte para os exercícios em relação à colocação pronominal, que no caso o povo brasileiro utiliza mais a próclise, ou seja, o pronome antes do verbo, Cereja e Magalhães estão mais preocupados com a norma padrão, como podemos ver na seguinte questão:

(4) 2. Reescreva as frases, empregando de acordo com a norma padrão os pronomes pessoais oblíquos átonos entre parênteses:

- a) A dona da casa recebeu friamente. (nos)
- b) Que a sorte acompanhe, filho! (o)
- c) Enviarei, por sedex, os documentos que pediu. (lhe, me)
- d) Quem candidataria à diretoria do grêmio estudantil neste momento? (se)
- e) Viu no espelho tão diferente e bela, que sorriu. (se) (Cereja e Magalhães,

2012, p.247)

Como podemos verificar, o livro didático traz a questão da diversidade linguística existente no Brasil, porém de forma bastante restrita, e quando parte para a prática o que interessa mesmo aos autores é a questão da norma padrão, que como já sabemos é um conjunto de regras que foi se formando ao longo da nossa história, por pessoas detentoras do poder que achavam que certo modo de falar seria mais correto do que outros modos existentes.

No livro didático *Língua Portuguesa em Contexto*, do 9º ano, a respeito da diversidade linguística existente no Brasil podemos observar o seguinte exemplo:

(5) O uso dos pronomes oblíquos átonos me, te, se, o(s), a(s), lhe(s), nos e vos em relação ao verbo é bastante livre no Brasil: depende muito do ritmo, da harmonia, da ênfase e, principalmente, da eufonia. Como a pronuncia brasileira é diferente da portuguesa, aqui a colocação pronominal também é diferente da de Portugal. O português brasileiro é essencialmente proclítico, isto é quase sempre usamos o pronome na frente do verbo. Para a escrita de textos formais, entretanto, é preciso conhecer algumas regras de colocação. (Cordeiro, 2012, p. 240)

Notamos que o livro utilizado pela escola particular “*Língua Portuguesa em Contexto*” e pela escola pública “*português linguagens*” mencionam a pluralidade lingüística existente no Brasil de forma bem parecida, já que ambos utilizam a diferença da colocação dos pronomes em Portugal e no Brasil. E quando passam para a prática dos alunos, no caso os exercícios, o livro cobra também é a questão da norma padrão. Exemplo:

- (6) 9. Releia os dois últimos períodos da carta ao leitor:

“como queremos exigir dos governantes se **nos** faltam serenidade e civilidade com o próximo? A violência está arraigada na nossa cultura e assim continuará porque não **nos** movemos para mudar nossas atitudes.”

Os dois pronomes destacados poderiam ser grafados enclíticos ao verbo, respeitando-se a norma culta? Explique. (Cordeiro, 2012, p. 244)

Observa-se que a única diferença mais perceptível entre o livro Português Linguagens do 9º ano e o livro Língua Portuguesa em Contexto do 9º ano, em relação à diversidade linguística do Brasil, está no fato que Cereja e Magalhães pedem para os alunos reescreverem para a norma padrão e o cordeiro pede para observar se os pronomes estão colocados de acordo com a norma culta, ou seja, apenas uma confusão na utilização desses termos, questão esta que será discutida logo adiante.

5.2 O tratamento se limita às variedades rurais e/ ou regionais?

O livro português linguagens do 6º ano retrata das variedades regionais, conforme exemplo:

(7) Diferenças de lugar ou região

Diferenças geográficas têm relação com variações da língua. Por exemplo, algumas cidades do interior usam uma variedade linguística diferente da falada na capital; o português falado no Rio Grande de Sul é diferente do falado em Pernambuco ou no Paraná; o português falado no Brasil é diferente do falado nos países africanos de língua portuguesa.

As diferenças podem ser de som (pronúncia), de vocabulário e até de construções frasais. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 40)

Porém, esse livro didático não fica limitado às variedades regionais, pois apresenta que as variações de uma língua pode ocorrer por diferentes motivos como a escolaridade e a classe social, diferenças históricas, entre outros.

O livro didático Português nos Dias de Hoje do 6º ano, aborda o fenômeno da variação lingüística de forma bastante restrita, não trazendo nem um capítulo destinado somente a esse assunto, e não mencionando a questão das variedades rurais ou regionais.

O livro didático Português Linguagens do 9º ano, não aborda a heterogeneidade linguística do ponto de vista rural ou regional.

O livro didático Língua Portuguesa em Contexto do 9º ano faz uma pequena abordagem da diversidade linguística do ponto de vista regional. Vejamos:

(8) 2. As falas e os balões

a) Falas das personagens. (...). Outros detalhes aos quais você(s) deve(m) prestar atenção são o nível da linguagem e as expressões a serem empregadas. Como você(s) vai (vão) reproduzir a fala das personagens, deve(m) usar um nível de linguagem formal ou informal, de acordo com as características de cada uma. Por exemplo: as personagens da turma da Mônica usam a linguagem coloquial; para o personagem Chico Bento, especificamente, emprega-se uma linguagem regional. (Faraco e Moura, 2012, p. 189)

Este exemplo acima exposto é um dos critérios sugeridos por Faraco e Moura para a elaboração de uma história em quadrinhos. Então a partir dessas perguntas, é possível refletir que os autores usam esses personagens como se apenas eles falassem coloquialmente, como se apenas a fala deles variasse.

Um dos principais problemas que encontramos nos livros didáticos é uma tendência a tratar a variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas. Parece estar por traz dessa tendência à suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais “correto”, mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação. (BAGNO, 2007, p.120)

5.3 O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos, escolarizados)?

A respeito das variedades prestigiadas o livro didático Português Linguagens do 6º ano traz o seguinte:

(9) As variedades do português que mais se aproxima da norma padrão são prestigiadas socialmente. É o caso das variedades linguísticas urbanas, faladas nas grandes cidades por pessoas escolarizadas e de renda mais alta. Outras variedades, faladas em lugares distantes dos grandes centros urbanos, ou faladas por pessoas analfabetas ou de baixa escolaridade, ou por pessoas mais pobres, são menos prestigiadas e, por isso, frequentemente aqueles que falam são vítimas de preconceito. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 38)

Verifica-se que este livro traz uma colocação bastante clara a respeito das variedades prestigiadas e que a sociedade valoriza as variedades próximas do padrão e despreza as variedades que fogem desse padrão abstrato.

No livro Português nos dias de hoje, do 6º ano do ensino fundamental II, a única vez que menciona a variedade de prestígio é no subtópico produção escrita, que propõe para os alunos escreverem uma reportagem. Vejamos:

(10) 5. Depois que a reportagem elaborada pelo seu grupo estiver pronta, é hora de reler o texto e fazer as correções e modificações necessárias.

Ao passar o texto a limpo, verifiquem:

- . Se há palavras que se repetem muitas vezes e que poderiam ser substituídas por outras, de mesmo sentido.
- . Se o texto tem um parágrafo inicial que sintetiza o assunto (o lead);
- . Se foram utilizadas aspas nas citações;
- . Se há erros de ortografia e de pontuação que precisam ser corrigidos;
- . Se a linguagem utilizada está de acordo com as normas urbanas de prestígio. (Faraco e Moura, 2012, p.235)

Como um dos critérios para a correção do gênero reportagem sugerido pelos autores é a adequação da linguagem as normas urbanas de prestígio, então o livro deveria conter informações sobre o que seria essas normas.

No livro didático Português Linguagens do 9º ano, os autores explicam o fenômeno da concordância, inserindo o julgamento que é feito pela sociedade em relação as variedades prestigiadas. Vejamos:

(11) Para que serve a concordância?

A concordância- verbal ou nominal- está ligada a princípios lógicos que regem a língua e o pensamento humano. Concordar adequadamente o sujeito com o verbo ou o adjetivo com o nome pode tornar o texto mais preciso, sem ambigüidades. Porém, o principal valor da concordância é social.

Socialmente, existe uma variedade de prestígio, que é a norma culta. Em determinadas situações formais- como falar em público, fazer entrevista para conseguir emprego, falar com autoridades- devemos empregar essa norma, senão corremos o risco de sermos julgados de forma preconceituosa e não alcançarmos nossos objetivos.

E, nessa variedade, um dos princípios lingüísticos mais notados e exigidos socialmente é o da concordância. (Cereja e Magalhães, 2012, p.165)

Como podemos perceber os autores citam a variedade de prestígio que é a norma culta, mostrando que a mesma deve ser falada em determinadas situações, os mesmos afirmam também que a sociedade é preconceituosa. No comentário feito sobre a norma culta, fica implícito que existem outros modos de falar, só que não são considerados adequados pela sociedade, se não estiver dentro dos padrões exigidos pela mesma, podendo o indivíduo nem alcançar os seus objetivos.

Quando parte para a prática dos alunos que no caso são os exercícios, encontramos a seguinte questão sobre esse assunto:

(12) 2. Leia as frases abaixo e compare-as quanto à concordância nominal e quanto ao sentido. Todas elas são próprias da norma padrão da língua.

I. Tenho apenas um carro e uma casa velha.

II. Tenho apenas um carro e uma casa velhos.

III. Tenho apenas uma casa e um carro velho.

IV. Tenho apenas uma casa e um carro velhos.

Levando em conta que o adjetivo velho se refere sempre aos substantivos carro e casa, responda:

- a) Dependendo do contexto, em quais das frases pode haver ambigüidade, isto é, a concordância pode dar a impressão de que a palavra velho se refere apenas a um substantivo?
- b) Das duas frases em que o adjetivo concorda com os dois substantivos, qual delas apresenta uma sequência sonora mais agradável aos nossos ouvidos? (Cereja e Magalhães, 2012, p. 166)

Para responder essa questão, o aluno tem que saber o que é contexto, o que é ambigüidade, o que é adjetivo e o que é substantivo. No entanto para facilitar a resolução da questão pelo o discente, seria interessante que o livro trouxesse um pequeno lembrete sobre esses termos. Percebe-se também que o autor dá ênfase à norma padrão, não fazendo com que o aluno reflita sobre o uso real da língua, pois como sabemos nenhum falante utiliza uma língua padronizada em todas as situações comunicativas.

O livro Língua Portuguesa em contexto do 9º ano, utilizado pela escola particular, não aborda as variantes características das variedades prestigiadas, ou seja, as variantes falada pelas pessoas urbanas, escolarizadas.

5.4 O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma padrão com uma variedade real da língua?

O livro didático Português Linguagens do 6º ano traz um conceito adequado do que seja a norma padrão e as variedades urbanas de prestígio, ou seja, a norma culta. Exemplo:

(13) **Norma padrão** é uma referência, uma espécie de modelo ou de “lei” que normatiza o uso da língua, falada ou escrita.

Variedades urbanas de prestígio, também conhecida como **norma culta**, são as variedades empregadas pelos falantes urbanos, mais escolarizados e de renda mais alta. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 38)

Contudo, quando partem para a prática, ou seja, para os exercícios a confusão continua como se a norma padrão fosse uma variedade real da língua. Vejamos:

(14) 1. Observe algumas falas das personagens do texto:

“- você pegou ele dentro da fazenda?” (pai da menina)

“- fala para ele vender.” (menina)

“- ainda não botei nome nele, não. Peguei ele agora.” (menino)”

- a) Para se comunicar, as personagens usam a língua de acordo com a norma padrão?
- b) Na situação em que eles se encontram- uma conversa entre um adulto e duas crianças-, o uso da variedade é adequado? Por quê?
- c) Como você acha que o pai da menina diria a primeira frase se ele estivesse trabalhando na bolsa? (Cereja e Magalhães, 012, p.97)

O livro didático Português nos Dias de Hoje, do 6º ano, não comenta sobre a norma padrão. E em relação à norma culta só menciona uma única vez, que é ate um dos critérios para os alunos fazerem a correção do gênero reportagem, que e mencionado no item 5.3, exemplo 10.

Podemos verificar que há uma confusão na utilização desse termo, pois a norma culta varia, podendo ter mais de uma maneira para escrever uma determinada sentença. E o autor pede para adequar a norma culta como se ela não variasse.

Para uma discussão a este respeito foi retirado o seguinte texto do livro Português Linguagens, do 9º ano do ensino fundamental II:

(15) **Contrapondo**

Mesmo entre os falantes que normalmente fazem uso da norma padrão, dificilmente alguém diz “cheguei a casa tarde ontem” ou “vou a casa e já volto” para se referir a própria casa, como recomenda a gramática normativa. Geralmente esses falantes empregam a preposição a nessas frases apenas quando usam a língua escrita.

(...)

Atenção: Em situações formais em que o uso da norma padrão está sendo avaliado, deve-se atender ao que recomenda a gramática normativa. (Cereja e Magalhães, 2012, p.208)

Sabemos que a norma culta é usada por falantes escolarizados, que têm prestígio na sociedade, representando o uso real da língua enquanto a norma padrão é um conjunto de regras abstratas. Então se a norma padrão é abstrata, não representando o uso real da língua,

como é que pode ser explicado o que os autores colocam no texto acima: “mesmo entre os falantes que normalmente fazem uso da norma padrão”, pois como sabemos a norma padrão não é utilizada é apenas um conjunto de regras a ser consultado.

O livro *Língua Portuguesa em Contexto* do 9º ano faz uma confusão na utilização da expressão norma culta. Vejamos:

(16) 5. Reescreva os períodos abaixo substituindo os verbos ou os nomes destacados pelos que estão nos parênteses. Observe a norma culta e faça alterações necessárias.

- (a) No cinema, vimos um filme de aventura. (assistir)
- b) O pai presenciou o nascimento do filho. (assistir)
- c) Todo posto de saúde deve ajudar a comunidade. (assistir)
- d) Ela adorava envolver os filhos nos braços. (abraçar)
- e) seguimos nossos objetivos. (abraçar)
- f) Senti um cheiro ruim na sala. (aspirar)
- g) Gosto mais de filmes de aventura que de comédia. (preferir)
- h) Algum dia o banco vai me liberar das dívidas? (perdoar)
- i) Você se recorda de mim? (lembrar) (Cordeiro, 2012, p.230)

Nesta questão, o autor ao invés de utilizar a expressão norma culta, deveria utilizar a expressão norma padrão. Já vimos que a norma padrão é um conjunto de regras abstratas, e a norma culta é utilizada de forma real pelos falantes, mais escolarizados, sendo, portanto, suscetível a variações na maneira de falar.

Se a questão está pedindo para os discentes observarem a norma culta, fica subentendido que é para os alunos responderem de acordo com a norma culta, e se a mesma é suscetível a variação, os discentes teriam maneiras diferentes de responder uma mesma alternativa. E no livro didático fica claro que não é isso que está sendo pedido, pois o livro analisado foi um livro utilizado pelo professor, e a só uma única maneira de responder cada alternativa, que no caso está de acordo com a norma padrão.

5.5 O livro didático mostra coerência entre o que diz nos capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?

No livro *Português Linguagens* do 6º ano, os autores utilizam as expressões ‘adequado’ e ‘inadequado’. Exemplo:

- (17) “Naum tow intndndu nd”

Para conversar pelo computador, os jovens inventaram uma linguagem, o internetês, cujo princípio é espremer o essencial de cada palavra. Vogais, por exemplo, são quase dispensáveis; acentos, raríssimos; duas consoantes normalmente viram uma, etc. veja alguns vocábulos mais usados:

Aham= sim	naum= não
Blz=beleza	9dades= novidades
Fds=fim se semana	t+= até mais
GNT=gente	xops= shopping

O uso dessa linguagem é adequado apenas em certos gêneros da internet, como no e-mail, no blog e em conversas na sala de bate-papo quando há intimidade entre as pessoas. Em gêneros não digitais, o uso dessa linguagem é inadequado e, por isso, deve ser evitado. (Cereja e Magalhães, 2012, p.154)

O livro Português nos Dias de Hoje do 6º ano do ensino fundamental II não traz consigo capítulos dedicados a variação linguística, dá grande importância à Gramática Normativa, e trata do certo e do errado. Exemplo:

(18) 12. Converse com seus colegas sobre as qualidades e os defeitos das meninas e dos meninos. Depois, façam uma lista, comparando meninas e meninos. Em que são iguais? Em que são diferentes? Utilizem adjetivos para descrevê-lo e não se esqueçam de fazer a concordância correta. Vejam um exemplo:

As meninas em geral são calmas, e os meninos são agitados... (Faraco e Moura, 2012, p. 56)

Seria interessante que os autores colocassem que existem uma concordância de acordo com a gramática normativa, que são cobradas em determinadas situações, mas que todo falante conhece a gramática de uso de sua língua, pois a utiliza desde a infância.

O livro didático Português Linguagens do 9º ano, apesar de forma muito reduzida, tratar do fenômeno da diversidade linguística, a posição dos autores frente a esse assunto mostra-se incoerente, pois quando partem para a gramática e para os exercícios fica claro que os discentes têm que obedecer à norma padrão. Vejamos o seguinte exemplo:

(19) 4. leia esta frase: vi que ela chegou tarde.

Agora, observe como ela fica, reduzida: vi-a chegar tarde.

Note que, nesse caso, não é adequado, segundo a norma padrão, empregar a forma “vi ela chegar tarde”. Recomenda-se “vi-a chegar tarde”.

Reescreva as orações substantivas reduzidas dos períodos a seguir, adequando-as à norma padrão da língua.

- a) percebi ele saindo da sala devagar.
- b) eu encontrei ele lendo no corredor.
- c) mandei ela sair da sala um pouco.
- d) não vi ele chegar. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 30)

Nesta questão, podemos observar que os autores utilizam a expressão ‘não é adequado’, não utilizando a expressão “errado” ou “incorreto”, estando assim dentro dos preceitos da Sociolinguística, pois, para essa corrente, não existe “certo” ou “errado” e sim adequado e inadequado a determinada situação comunicativa. Porém, os autores, ao pedirem para os discentes reescreverem as frases adequando-as à norma padrão, não mencionando que, em determinadas situações comunicativas, estas formas acima citadas são aceitas, estão de forma implícita dizendo que o mais importante mesmo é a norma padrão.

Para saber responder esta questão, os alunos têm de ter conhecimento sobre o que é a norma padrão, e isso os autores Cereja e Magalhães não definem, dificultando mais ainda a reflexão dos alunos sobre a língua.

O livro *Língua Portuguesa em Contexto*, do 9º ano, aborda o fenômeno da variação linguística. Exemplo:

(20) Em discussões acerca da variação, é comum os alunos entenderem que não existe erro, que as pessoas podem se expressar como bem entenderem etc.- julgamentos que, muitas vezes, são levados para casa e acabam revoltando familiares que, em avaliações infundadas, questionam o livro didático e a nossa postura na sala de aula. Infelizmente, para o senso comum, variação ainda é sinônimo de erro que ameaça a “integridade” da língua. (...) (Cordeiro, 2012, p.34)

Notamos que o livro didático traz uma discussão importantíssima sobre a variação linguística. Em todo capítulo, os alunos tem de produzir um gênero textual diferente e um dos critérios de avaliação é os alunos observarem “se a linguagem empregada está de acordo com esse perfil”, ou seja, se a linguagem está de acordo com o público leitor. Contudo, o que mais é cobrado no livro é a questão da gramática normativa. Vejamos:

- (21) 10. Assinale a alternativa correta quanto às normas de concordância da língua culta.
- a) A pesquisa vem sendo feita a meses com jovens entre 13 e 24 anos.
 - b) Cada um dos entrevistadores deram suas opiniões.
 - c) Grande parte dos entrevistados mostrou que os jovens de hoje lida com as novidades de maneira espantada.
 - d) Sob a influencia materna, a maioria dos jovens aprenderam a valorizar o coletivo.

e) A juventude atual mantém uma relação de espanto com o avalanche de informações que marca a nossa sociedade. (Cordeiro, 2012, p.185)

Note que, nesta questão, Cordeiro (2012) poderia ter explorado que não existe um modo de falar mais bonito do que outro, nem mais certo do que outro, o que existe é um modo adequado ou inadequado à determinada situação comunicativa.

5.6 O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta à escrita como homogênea e a fala como lugar do erro?

O livro didático Português Linguagens do 6º ano apresenta a diferença entre fala e escrita, definindo a língua oral como mais espontânea e a língua escrita como mais monitorada. Exemplo:

(22) Oralidade e escrita

Em princípio, a língua oral é a mais espontânea do que a língua escrita. Na língua oral são comuns, por exemplo, as repetições, as quebras na sequência de ideias, problemas de concordância e o uso de expressões de apoio, como **né?, tá?, entendeu?, hum...**, etc. Já a língua escrita é mais monitorada, pois temos condições de escolher bem as palavras, de corrigir o texto e melhorá-lo até transmitir exatamente o que desejamos. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 41)

Em relação à fala e à escrita, o livro Português nos Dias de Hoje do 6º ano, os autores colocam que nem sempre o que se escreve corresponde exatamente ao que se fala e que a sílaba tônica de uma palavra é marcada pela nossa pronúncia e quando escrita é marcada pelo sinal de pontuação. Vejamos:

(23) 7. Como você deve ter percebido na seção ortografia e pontuação, nem sempre o que se escreve corresponde exatamente ao que se fala.

Podemos usar letras diferentes para representar um mesmo som; por exemplo, tanto o x quanto ch tem o som /Chê/, nas palavras paixão e colchão. Também há casos em que usamos a mesma letra para representar sons diferentes; por exemplo, a letra x pode ter som de /Zê/, como em exame, ou de /Chê/, como em enxame.

Portanto, é possível dizer que, numa palavra, som e letra são coisas diferentes. (Faraco e Moura, 2012, p. 102)

(24) Na língua oral, a sílaba Tônica é indicada pela força com que pronunciamos as palavras. Na língua escrita, não há um sinal que indique a sílaba tônica, a não ser em casos especiais, quando utilizamos os acentos gráficos. (...) (Faraco e Moura, 2012, p. 153)

Percebe-se que Faraco e Moura (2012) utilizam alguns recursos da fala e da escrita apenas para explicar alguns fenômenos da gramática normativa.

O livro didático Português Linguagens do 9º ano traz discussões a respeito da heterogeneidade linguística entre a fala e a escrita, como podemos observar:

(25) Para que servem s orações adverbiais?

As relações adverbiais estabelecem relações lógicas e coesivas importantes na construção do sentido de um texto. Servem para inserir noções de tempo, finalidade, condição, concessão ou, ainda, para estabelecer comparação, concomitância ou relações de causa e conseqüência entre dois fatos.

Embora as orações adverbiais sejam comuns na fala, alguns dos seus tipos aparecem mais frequentemente em textos escritos de acordo com a norma padrão da língua e com certo grau de elaboração de idéias. (Cereja e Magalhães, 2012, p.86)

Como podemos apreender Cereja e Magalhães, ao darem uma pequena explicação sobre as orações adverbiais, ressaltam que, embora essas orações sejam comuns na fala, aparecem com mais frequência em textos escritos, deixando assim de forma implícita a diferença que há entre a fala e a escrita. Assim, como esta noção de diversidade entre fala e escrita não está de forma clara nesse pequeno trecho, os alunos do 9º ano do ensino fundamental podem não compreenderem de forma precisa essas informações.

No livro didático Língua Portuguesa em Contexto do 9º ano, o autor aponta a diferença entre língua falada e língua escrita. Veja o seguinte exemplo:

(26) Língua falada e língua escrita não são dois universos distintos, mas modalidade de uso que se interconectam, se influem mutuamente, se mesclam. A única e verdadeira diferença entre fala e escrita são as condições de produção e de edição de cada modalidade: a fala é produzida e editada em tempo real, no momento mesmo da intenção, enquanto a escrita permite correções e emendas antes de ser publicada. (Bagno, 2012, apud cordeiro, 2012, p. 180)

Note que Cordeiro (2012) faz uma citação de Bagno (2012), dizendo que a única diferença entre fala e escrita é que a primeira se dá em tempo real e a segunda permite que seja feita correções antes de ser publicada. Embora seja uma informação importantíssima, o autor coloca-a de forma bastante reduzida, em um pequeno quadro de leitura complementar. Seria interessante se o autor desse mais ênfase à essa questão e a abordasse também nos exercícios.

5.7 O livro didático aborda o fenômeno da mudança lingüística? Como?

O livro Português Linguagens do 6º ano aborda o fenômeno da mudança lingüística, mostrando que palavras novas surgem a todo instante e que algumas formas vão caindo em desuso com o passar do tempo. Vejamos:

(27) A língua está sempre em mudança, em renovação. Palavras novas surgem a todo instante e formas antes valorizadas caem em desuso com o tempo. Com a internet, até mesmo a forma de escrever as palavras tem se modificado. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 38)

O livro didático português nos dias de hoje do 6º ano não aborda o fenômeno da mudança lingüística.

A respeito da mudança lingüística, o livro Português Linguagens do 9º ano traz o seguinte:

(28) Contrapondo

Há uma máxima em lingüística que diz assim: “o desvio da norma padrão hoje é a norma de amanhã”. Isso quer dizer que aquilo que os gramáticos rejeitam hoje pode vir a ser, pela força do uso, a forma recomendada pela gramática normativa no futuro. No Brasil, isso já está ocorrendo com a regência de três verbos: assistir, visar e aspirar.

Tanto na linguagem oral do dia a dia quanto na linguagem escrita de alguns jornais e revistas, não é raro encontrarmos construções como “assistiu o filme”, “visava o cargo de presidente” e “ a vida que aspiramos”. Por força do uso, alguns dicionários e gramáticas começam a aceitar construções como essas, como é o caso do dicionário Houaiss da língua portuguesa. (Cereja e Magalhães, 2012, p.209)

Observa-se que o livro didático apresenta o fenômeno da mudança lingüística de forma bastante restrita, pois em relação a esse tema tem muito a retratar, não cabendo em poucas linhas, como o livro didático abordou. Sabemos que a língua muda por que varia e os termos menos usados vão desaparecendo e os mais usados vão sendo aderidos pela sociedade e conseqüentemente pela gramática.

Contudo, quando é o momento dos alunos praticarem o que estudaram, o livro dá ênfase à norma padrão, não permitindo, assim, que o aluno reflita sobre o uso real da língua. Vejamos o exercício da página seguinte:

(29) 4. Reescreva o texto a seguir, completando-o com a preposição adequada à regência dos verbos e nomes, de acordo com a norma padrão da língua.

Como são feitas as vacinas?

A maioria das vacinas é feita □ os vírus e as bactérias que causam doenças. Primeiro eles são enfraquecidos □ laboratório e depois diluídos □ substâncias químicas. As vacinas fazem que o corpo aprenda □ se defender criando anticorpos, células especializadas □ proteger o organismo □ doenças.

Assim, se depois de vacinado você tiver contato □ vírus ou bactéria, os anticorpos entrarão em ação (Cereja e Magalhães, 2012, p.210)

No livro didático *Língua Portuguesa em Contexto* do 9º ano, na seção “Repensando o ensino de gramática”, o autor retrata o fenômeno da mudança linguística, colocando a seguinte citação de sírio Possenti (2011):

(30) A maioria dos cidadãos pensa que gramática é um compêndio com regras definitivas, seguidas por escritores, e que todos devem seguir em toda a circunstancia, sob pena de estarem errados. (...) mesmo as pessoas cultas que sabem que as línguas mudam pensam, no fundo, que as línguas mudavam antigamente, mas, agora, não. Acontece que estão mudando na nossa cara!

Por isso, as aulas de português, em geral, não se dedicam a compreender a língua que se fala, mas a corrigir uma lista de supostos erros. Com resultado Nulo. Imaginem se o mesmo ocorresse com botânica ou zoologia: a tarefa dos professores seria ensinar os alunos a corrigir plantas e bichos!

Só há uma saída para a escola: aceitar a mudança da língua como um fato. Isso não deve significar que a escola deve aceitar “qualquer jeito de escrever”, que não deve mais corrigir. O que a escola precisa fazer é ler e analisar textos escritos em diversos estilos, chamar a atenção para as diferentes construções, levar os alunos a escreverem e reescreverem até “chegar perto” de dominar estes estilos.

O que a escola não deve mais é fazer listas para os alunos decorarem. (Possenti, 2011, apud, Cordeiro, 2012, p.45)

Observa-se que o livro traz uma belíssima colocação a respeito da mudança linguística, só que esse fenômeno não é refletido pelos discentes na prática, pois os exercícios não cobram isto dos alunos.

5.8 O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma padrão?

Apesar do livro didático Português Linguagens retratar o fenômeno da heterogeneidade linguística, os autores deixam claro que o que interessa mesmo é a norma padrão. Exemplo:

(31) 2. Nas frases a seguir, alguns pronomes estão desempregados em desacordo com a norma padrão. Reescreva as frases, empregando tais pronomes de acordo com essa variedade.

- a) O livro não está comigo. Emprestei ele para minha prima.
- b) A vovó trouxe um pedaço de bolo para eu e uns salgadinhos para você.
- c) Você não vai acreditar no que aconteceu! Mas prometo de contar tudo com detalhes.
- d) Não se preocupe! Nós se entendemos muito bem.
- e) Eu não vi elas na festa. Será que elas não forma convidadas?
- f) Preciso falar consigo ainda hoje. (Cereja e Magalhães, 2012, p. 205)

O livro didático Português nos Dias de Hoje aborda o fenômeno da variação linguística de forma bastante reduzida, ficando claro que o que interessa para os autores são os fenômenos da gramática normativa. Exemplo:

(32) 10. Reescreva as frases abaixo no caderno, acrescentando uma característica para cada um dos substantivos em destaque. Em seguida, passe as frases para o plural, fazendo as adaptações necessárias.

- a) O aluno chegou atrasado para a prova e a professora não gostou.
- b) O jogador fez um golaço e definiu a partida.
- c) Meu carro quebrou na estrada e um senhor me ajudou a consertá-lo. (Faraco e Moura, 2012, p.54)

Este tipo de exercício não faz com que o aluno reflita sobre o funcionamento da nossa língua materna, que é o que realmente precisamos fazer no nosso dia a dia para nos comunicarmos uns com os outros. Aprender o que é um substantivo, e saber passar as frases, palavras para o plural não que dizer que essa pessoa domine a Língua Portuguesa.

O livro didático Português Linguagens do 9º ano, apesar de forma bastante restrita, apresenta o fenômeno da diversidade linguística. Porém, no livro, fica claro que o que interessa mesmo para os autores Cereja e Magalhães é que o discente aprenda a norma padrão da língua, algo que é impossível, pois nem os falantes escolarizados, das classes prestigiadas, considerados cultos, não conseguem aprender um conjunto de regras abstratas e utilizá-la em todas situações de comunicação. Observamos a seguinte questão de um exercício elaborado pelos autores acima citados:

(33) 4. Em cada um dos itens seguintes, as palavras estão grafadas de acordo com a norma padrão, com exceção de uma. Identifique essa palavra e reescreva-a com a grafia apropriada.

- a) nódoa – tribo – engolir – tussir – polir
- b) abolir – amêndoa – amuntuar – boate – caçoar
- c) bueiro – entupir – tábua – tostão – sutaque
- d) polenta – poleiro – muleque – mosquito – zoar
- e) curtume – molusco – embulia – costume – boteco (Cereja e Magalhães, 2012, p.189)

Este tipo de exercício não leva os discentes a aumentarem a sua capacidade discursiva, pois ao invés de pedir para os alunos reescreverem a palavra que está em desacordo com a norma padrão seria mais interessante se ao lado dessa questão possuísse um pequeno quadro explicando mencionando que às vezes os sons da fala não correspondem à grafia das palavras. Acrescentando-se a isso a informação de que existe um conjunto de regras que nos norteiam a escrita, mas que essas regras não exercem grande influencia no momento da comunicação, pois como já sabemos o falante é o melhor gramático de sua língua.

O livro didático Língua Portuguesa em Contexto do 9º ano também retrata sobre a variação linguística, contudo o que fica claro nos exercícios, hora em que o aluno vai praticar aquilo que conseguiu assimilar, é que o importante mesmo são as normas gramaticais. Exemplo:

- (34) 1. Reescreva estas frases corrigindo os desvios de concordância nominal.
- (a) encontrei o pai, a mãe e a criança perdidas na estação.
 - (b) Sempre compro livro e revistas velhas naquele sebo.
 - (c) Estavam bastantes fracos.
 - (d) Falou bastante verdades.
 - (e) As crianças mesmo limpam a casa. (Cordeiro, 2012, p. 203)

Para responder a esta questão, os alunos têm que saberem as regras de concordância nominal, prescrita pela gramática normativa. O autor deste livro, para fazerem os alunos refletirem sobre o uso real da língua, poderia ter acrescentado que estes desvios da língua não atrapalha a comunicação, mas que também é importante estudar as regras gramaticais, pois as mesmas são exigidas pela sociedade em determinadas circunstâncias.

6 CONCLUSÕES

Neste trabalho, avaliamos o tratamento dado à variação linguística nos livros didáticos de língua materna do ensino fundamental II, especificamente dos livros do 6º e do 9º ano, dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães utilizados por uma escola pública. Também foram analisados os livros do 6º e do 9º ano utilizados por uma escola particular, respectivamente: Português nos Dias de Hoje, de Faraco e Moura, e Língua Portuguesa em Contexto, de Lécio Cordeiro. Ambas as escolas ficam localizadas na cidade de Dom Expedito Lopes-PI.

Nesta pesquisa, vimos que, embora a língua seja diversificada, muitas vezes é abordada como sendo homogênea. Além disso, como o livro didático é um importante subsídio utilizado pelo professor na sala de aula, seria relevante que o livro abordasse o assunto de variação linguística de forma bem clara.

A abordagem da diversidade linguística no livro didático de língua materna possibilitaria que o discente refletisse sobre o uso da nossa língua, e também possibilitaria que aumentassem a sua capacidade sócio-discursiva, como prevêem os parâmetros curriculares nacionais.

A partir da análise dos livros didáticos escolhidos para esta pesquisa, é possível dizer que apresentam a variação linguística de forma bastante reduzida, nos quais são destinadas poucas páginas ao assunto. Foi possível detectar, ainda, uma confusão nos termos norma culta e norma padrão, pois são colocadas como se a norma padrão fosse uma variedade real da língua.

Os livros didáticos de língua materna analisados mencionam a pluralidade linguística, contudo fica claro que o que interessa mesmo é a norma padrão, fazendo com que os alunos achem a aula de Língua Portuguesa chata, tendo que aprender inúmeras regras de forma descontextualizada. Dessa forma, os discentes não refletem de forma adequada sobre a língua, levando em conta que o livro é o principal recurso utilizado pelo professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tania. “Sociolinguística. Parte 1”, In MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. 1. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. 1. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

BORTONI, Ricardo, STELLA Maris: **Nós Chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: 2. Ed Parábola editorial, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/...04.02.../CON1988.pdf. Acessado em: 25/05/2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acessado em 25/05/2014.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 10 ed. São Paulo: Spicione, 2000.

CARMO, Leidiane Ferreira Santos. **Um estudo sobre o ensino de variação linguística no livro didático “português linguagens**. Goiás, 2012. Disponível em:

<http://www.cdn.ueg.br/arquivos/jussara/conteudoN/1208/LEIDIANE.pdf>. Acessado em : 15/05/2012.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português Linguagens** – 6°. e 9°. ano. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORDEIRO, Lécio. **Língua Portuguesa em contexto** – 9°. ano. Recife: Construir, 2012.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma padrão brasileira**: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Emílio e MOURA, Francisco Marto de. **Português nos Dias de Hoje** – 6°. ano. 1°. ed. São Paulo: Leya, 2012.

FRANÇOIS, Frédéric. **Linguistique**. Paris: Puf, 1980.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LAJOLO, Marisa. **Livro Didático**: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.69, 3-9, jan./mar. 1996

Koerner, E. F. K. **Contribution au débat post-saussurien sur le signe linguistique**. Paris: Mouton, 1972.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí: Unijuí, 2007.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento disciplinar e elaboração de trabalhos monográficos. São Paulo: Atlas, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **Guia do livro didático**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.fn.de.gov.br/programas/pnld>. acessado em: 08/05/2014

MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo. Contexto. 2005

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M. K. de. Vygotsky: **aprendizado e desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

PERINI, Mario Antonio. **Para uma nova gramática do português**. São Paulo: Ática, 1992.

PRETI, Dino. **Sociolinguística os níveis de fala**: um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira. 9. ed. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2003.

ROMANATTO, Mauro Carlos. **O Livro Didático**: alcances e limites. Disponível em: http://www.sbempaulista.org.br/epem/anais/mesas_redondas/mr19-Mauro.doc. Acesso em: 13/06/2014.

SANTOS, Alexandra Soares do e BORGES, Carla Luzia Carneiro. **Variação Linguística e Ensino**: Uma Abordagem sobre os livros didáticos de português. ANAIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL p. 1006, 2011. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/arquivos/borgessantos/conteudoN/1>. SANTOSEBORGES. Acessado em : 15/05/2012

SANTOS, Wildson Luiz; CARNEIRO, Maria Helena da Silva. **Livro Didático de Ciências:** Fonte de informação ou apostila de exercícios. In: Contexto e Educação: Ano 21. Julho/dezembro, Ijuí: Editora Unijuí. 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Trad. Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Beinkstein. São Paulo; Cultrix, 1975.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008.

SOARES, Magda. **O livro didático e a escolarização da leitura:** Salto para o futuro, Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação. Entrevista concedida em 07 out. 2002. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/magda_soares.htm> Acesso em: 10 jun. 2014.

SOARES, Magda. **Um olhar sobre o livro didático.** Belo Horizonte, Dimensão, 1996.

TARALO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** 7 ed. São Paulo: Ática, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Raquel Barros da Rocha,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação da monografia: A variação linguística na sala de aula: uma análise dos livros didáticos do ensino fundamental II de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de janeiro de 2015.

Raquel Barros da Rocha
Assinatura

Raquel Barros da Rocha
Assinatura